

Projeto “Agulhas Unidas”: Capacitação em crochê para a inclusão social

Inês Jacinto Correia

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Empreendedorismo e Inovação Social
(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Prof.^a Doutora Marta Pereira Alves
Co-orientadora: Prof.^a Doutora Antónia do Carmo Anjinho Barriga

Outubro de 2025

Folha em branco

Declaração de Integridade

Eu, Inês Jacinto Correia, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M11942 do curso de Empreendedorismo e Inovação Social da Faculdade de Sociologia, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã, 15 de outubro de 2025

Inês Correia

Folha em branco

“The Whole culture is telling you to hurry, while the art tells you to take your time. Always listen to the art.”

Junot Diaz, autor norte-americano vencedor do Prémio Pulitzer de Ficção em 2008.

Folha em branco

Agradecimentos

A preparação de uma dissertação de mestrado exige um envolvimento e uma implicação pessoal intensa e prolongada que se repercute em diferentes áreas da nossa vida pessoal, envolvendo em certa medida todos aqueles que nos rodeiam. No decorrer do longo processo de realização deste trabalho foram muitas as pessoas que para ele contribuíram, não sendo possível enumerar todos os que, de forma direta ou indireta participaram e ajudaram neste estudo, referirei apenas aqueles que de uma forma mais próxima contribuíram e a quem muito agradeço.

Às Professoras Doutoras Marta Alves e Antónia Barriga na qualidade de impulsionadoras e orientadoras do desenvolvimento deste projeto, a quem expresso a minha gratidão pela disponibilidade e a orientação que me disponibilizaram nos momentos cruciais deste percurso.

A todas as pessoas que de uma forma desinteressada, abdicaram um pouco do seu tempo para prestar o seu contributo em prol desta investigação.

Por último aos meus pais e à minha irmã que sempre me apoiaram e estimularam a levar por diante esta dissertação, acreditando sempre que a elaboração da mesma, seria a conquista de um importante objetivo pessoal que em muito contribuiria para aumentar a minha autoestima e a minha realização pessoal, onde no meio de muita indecisão surgiu uma bonita paixão.

Folha em branco

Resumo

O empreendedorismo social tem vindo a afirmar-se como um motor essencial para o desenvolvimento sustentável, especialmente em territórios onde os mecanismos de mercado tradicionais falham em responder às necessidades das populações mais vulneráveis. Nas zonas rurais, marcadas por desafios estruturais e pela desertificação humana, o empreendedorismo social pode representar uma via de renovação e de esperança. No entanto, a sua concretização está condicionada por múltiplos fatores: o acesso a financiamento, o envolvimento comunitário e a capacidade de inovar perante necessidades emergentes.

É neste contexto que surge o projeto “Aglhas Unidas” – ainda não implementado, mas sonhado e desenhado com base numa inspiração do projeto brasileiro “Nós do Crochê”, que alia tradição, empoderamento e impacto social. Ao descobrir esse projeto e ao mergulhar pessoalmente na prática do crochê, nasceu a vontade de trazer essa experiência para a realidade de Medelim, uma aldeia no concelho de Idanha-a-Nova, onde ainda hoje muitas mulheres se reúnem para fazer crochê, mantendo viva uma tradição silenciosa, mas poderosa.

Este projeto visa, no futuro, oferecer um espaço de capacitação e de encontro comunitário através da arte do crochê, promovendo a inclusão social, o bem-estar emocional e a valorização do património imaterial local. Para além da criação de peças artesanais e da sua potencial comercialização, o projeto tem como ambição maior contribuir para o fortalecimento dos laços sociais e para a revitalização de uma comunidade que, como tantas outras, luta contra a invisibilidade e o abandono.

Palavras-chave:

crochê; empreendedorismo social; inovação social; empowerment; desenvolvimento comunitário

Folha em branco

Abstract

Social entrepreneurship has been recognized as a key driver of economic development, especially in contexts where traditional market mechanisms are unable to respond adequately to the needs of the population, and can thus be a strategic way to drive sustainable and equitable change, especially in areas with greater socio-economic fragility. However, the success of social entrepreneurship in rural areas is strongly conditioned by various determining factors, such as access to funding, the degree of involvement of the local community and the ability to innovate in the face of obstacles and emerging needs.

Social entrepreneurship is increasingly recognized as a key driver for sustainable development, especially in territories where traditional market mechanisms fail to address the needs of vulnerable populations. In rural areas, marked by structural challenges and demographic decline, social entrepreneurship can offer a path of renewal and hope. However, its success is often conditioned by various factors, including access to funding, community engagement, and the ability to innovate in the face of emerging needs.

It is within the context that the “Agulhas Unidas” project was conceived – not yet implemented, but envisioned with deep inspiration from the Brazilian project “Nós do Crochê”, which beautifully combines tradition, empowerment and social impact. Upon discovering this initiative and through a personal and transformative journey into the practice of crochet, the idea to bring this experience to the Portuguese village of Medelim – located in the municipality of Idanha-a-Nova – began to take shape. Here, crochet still lives on quietly, kept alive by many women who gather to weave, create and connect.

This project aims, in the future, to offer a space for skill-building and community gathering through the art of crochet, promoting social inclusion, emotional well-being and the valuing of local cultural heritage. Beyond the creation and potential sale of handcrafted pieces, the project’s greatest ambition is to strengthen social bonds and contribute to the revitalization of a community that, like so many others, faces invisibility and abandonment.

Keywords:

crochet; social entrepreneurship; social innovation; empowerment; community development

Folha em branco

Índice

Introdução	1
PARTE I – Enquadramento Teórico	3
1.1 Empreendedorismo social	3
1.1.1 Conceito e características	4
1.1.2 Empreendedor e Empreendedor Social	5
1.1.3 O papel do empreendedor social na transformação comunitária em áreas rurais	7
1.2 A inovação social	10
1.2.1 Conceito	10
1.2.2 Ecossistemas de inovação e ecossistema de inovação social em Portugal	12
1.3 Empowerment e desenvolvimento comunitário	14
1.3.1 Conceitos de desenvolvimento, participação e empowerment comunitário	14
1.3.2 Desenvolvimento local sustentável e capital social	17
1.3.3 O empowerment como processo de transformação individual e coletiva	22
PARTE II – O crochê como estratégia de uma abordagem Empreendedora	27
2.1 Crochê: Raízes culturais e relevância contemporânea	27
2.1.1 Os Materiais	29
2.1.2 As Técnicas	30
2.1.3 O Crochê moderno	31
2.1.4 A Importância do croché e os seus efeitos terapêuticos	32
2.2 Alguns Exemplos de Projetos de Croché	33
2.2.1 Projeto “Knit for Peace”, Reino Unido	33
2.2.2 Projeto “Nós do Crochê”, Brasil	34
2.2.3 Projeto “Cielo Tejido”, México	35
PARTE III – Estrutura do Projeto	37
3.1 Diagnóstico social	38
3.1.1 Conceito e sua importância no planeamento de projetos sociais	38
3.2 Análise do diagnóstico social do concelho de Idanha-a-Nova	39
3.2.1 Caracterização do Concelho de Idanha-a-Nova e da aldeia de Medelim	40
3.2.2 Perfil sociodemográfico do concelho de Idanha-a-Nova e de Medelim	43

3.2.2.1	Envelhecimento	47
3.2.2.2	Intervenção comunitária	48
3.3	Diagnóstico de campo	49
3.4	Proposta de Valor, Missão, Visão e os Valores	51
3.4.1	A Proposta de Valor	51
3.4.2	A Missão	51
3.4.3	A Visão	51
3.4.4	Os Valores	51
3.5	As Bases do Projeto	52
3.5.1	Os Objetivos	52
3.5.2	Os Pilares	54
3.5.2.1	O Pilar Social	55
3.5.2.2	O Pilar Cultural	55
3.5.2.3	O Pilar Económico	56
3.5.2.4	O Pilar Educacional	56
3.5.2.5	O Pilar Terapêutico	56
3.5.2.6	O Pilar da Sustentabilidade	56
3.5.2.7	O Pilar Comunitário	57
3.6	O Alinhamento do Projeto com os ODS	57
3.7	As Atividades a desenvolver e os Recursos necessários	59
3.7.1	A Calendarização das Atividades-chave	59
3.7.2	A Estrutura de um Encontro semanal	62
3.7.3	Os Recursos necessários e os recursos disponíveis	63
3.7.3.1	Os Recursos Humanos	63
3.7.3.2	Os Materiais e os Equipamentos	63
3.7.3.3	Os Espaços	64
3.7.3.4	Os Recursos Tecnológicos	64
3.7.3.5	Os Apoios Financeiros	65
3.8	As Parcerias	65
3.9	A Definição da Equipa	67
3.10	A Estratégia de Comunicação	68
3.11	A Viabilidade do Projeto: Custos e Receitas	69
3.12	Os Indicadores de Medição do Impacto Social	72
3.13	O Financiamento do Projeto: Plano de Negócios	76
3.13.1	Os Apoios Públicos	76
3.13.2	Os Patrocínios e as Parcerias	76
3.13.3	As Campanhas de Angariação de Fundos	76

3.13.4 Os Workshops pagos	77
3.13.5 A Venda dos Produtos	77
3.14 A Difusão do Projeto	77
3.14.1 O Reaproveitamento de lãs das tosquias para a produção de fios e novelos	77
3.14.2 A Criação de uma rede de crochê nas aldeias do Concelho	78
3.14.3 Um Programa para o ensino de crochê nas escolas do Concelho	78
3.14.4 A Parceria com o “Boom Festival” para a exposição de arte em crochê	79
3.15 Os Pontos Fortes e Fracos do Projeto	80
Conclusões	82
Referências Bibliográficas	84
Anexos	88

Folha em branco

Índice de Figuras

Figura 1 – O papel do empreendedorismo social no desenvolvimento das áreas rurais.

Figura 2 – O modelo espiral das quatro fases da inovação social.

Figura 3 – Perfil social do concelho de Idanha-a-Nova.

Figura 4 – Diagrama do concelho de Idanha-a-Nova.

Figura 5 – Pilares do projeto “Aglhas Unidas”.

Figura 6 – Objetivos ODS.

Folha em branco

Índice de Tabelas

Tabela 1: Dimensões do nível individual do capital social.

Tabela 2: Elementos do sentido de comunidade segundo MCMilian e Chavis (1986).

Tabela 3: Níveis de Empowerment.

Tabela 4: Perspetiva ecológica.

Tabela 5: Níveis ecológicos aplicados no projeto “Agulhas Unidas”.

Tabela 6: População residente no concelho de Idanha-a-Nova.

Tabela 7: População residente no Concelho por grupos etários / 2021.

Tabela 8: Índice de envelhecimento do concelho de Idanha-a-Nova.

Tabela 9: Os principais ODS que o projeto visa alcançar.

Tabela 10: A calendarização mensal das Atividades-chave.

Tabela 11: Estimativa dos materiais utilizados no projeto.

Tabela 12: Estimativa dos custos com os formadores necessários para a implementação do projeto.

Tabela 13: Estimativa dos custos relacionados com o marketing do projeto.

Tabela 14: Estimativa da obtenção de receitas relacionadas com a venda de produtos.

Tabela 15: Estimativa da obtenção de receitas relacionadas com a realização de workshops.

Tabela 16: Estimativa do apuramento final das receitas e das despesas relacionadas com o projeto.

Tabela 17: As atividades formativas e o seu impacto de longo prazo.

Tabela 18: Metodologias qualitativas e quantitativas.

Tabela 19: Os Pontos Fortes do Projeto.

Tabela 20: Os Pontos Fracos e os Desafios do Projeto.

Folha em branco

Lista de Acrónimos

A.M.A.R.	Associação de Mães Amigas da Rocinha
INE	Instituto Nacional de Estatística
NUT II	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
NUT III	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organizações não governamentais
RIIS	Rede de Incubadoras de Inovação Social
SOCIAL IN	Incubadora Social IN de Castelo Branco
AG	Agulhas Unidas
IS	Inovação Social
PIS	Portugal Inovação Social
API30	Agenda Para o Impacto 2030
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
CMCD	Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Idanha-a-Nova
CLAS	Centro Local de Ação Social

Folha em branco

Introdução

Num mundo cada vez mais globalizado, onde o desenvolvimento sustentável se tornou uma necessidade urgente, as zonas rurais continuam a ser, frequentemente, deixadas para trás. Enfrentam problemas antigos e persistentes: a pobreza, a escassez de oportunidades, a fragilidade das infraestruturas e o abandono progressivo da população ativa, que parte em busca de melhores condições nos centros urbanos. Este ciclo de perda e esquecimento instala-se lentamente, mas com consequências profundas – uma estagnação económica e uma crescente desintegração do tecido social e comunitário.

É neste cenário que nasce o projeto “Agulhas Unidas”, não ainda como uma realidade implementada, mas como um sonho em construção, profundamente enraizado nas minhas vivências, nas minhas raízes e na vontade de ver florescer algo de belo e transformador no interior de Portugal, mais concretamente em Medelim, aldeia do concelho de Idanha-a-Nova, um lugar onde tradições resistem ao tempo e onde as memórias são passadas de mãos em mãos.

A inspiração para este projeto chegou-me de forma simples, ao conhecer o projeto “Nós do Crochê”, desenvolvido no Brasil (abordado com mais detalhe mais á frente), o qual promove a inclusão social e a geração de rendimentos através desta arte manual. Percebi, então, que o crochê podia ser mais do que uma prática artesanal – podia ser uma ponte entre gerações, um instrumento de empoderamento, um refúgio emocional e uma semente para a transformação social. E ao olhar com outros olhos para a região que me viu crescer, vi que essa semente já existia.

“Agulhas Unidas” nasce assim, de uma paixão recente pela arte do crochê, que me tem trazido benefícios terapêuticos reais, ajudando-me a encontrar foco, calma e um profundo sentido de realização pessoal e de um desejo mais amplo: criar um espaço seguro, criativo e inclusivo onde diferentes pessoas possam encontrar um propósito, sentir-se úteis e ligadas à sua comunidade.

Trata-se de um projeto pensado para o futuro próximo, ainda não concretizado, mas com uma visão clara: criar oficinas comunitárias de crochê acessíveis a todas as pessoas, independentemente da idade, gênero ou nível de experiência. Estas oficinas serão espaços de partilha e de aprendizagem, onde artesãs locais terão um papel central, não só como formadoras, mas como guardiãs da sabedoria tradicional. O objetivo é que as peças criadas possam ser vendidas, quer online quer em mercados locais, promovendo não só a autonomia financeira das participantes, como também a sustentabilidade do próprio projeto.

Vários estudos demonstram que o crochê, tal como outras artes manuais, pode ter efeitos profundamente positivos na saúde mental e física: reduz a ansiedade e a depressão, combate o isolamento, atrasa o aparecimento das demências, melhora a autoestima e reforça os laços sociais (Wolyniec, *cit.* Knitforpeace.org.uk, 2020). É, por isso, mais do que um simples passatempo – é uma forma de cuidar e de construir comunidade.

Este projeto é também uma forma de homenagear as mulheres da minha família e da minha terra, que sempre souberam criar beleza com as mãos.

A presente tese estrutura-se em quatro partes principais. Na primeira, apresenta-se o enquadramento teórico, abordando conceitos como o empreendedorismo social, a inovação social e o empowerment comunitário. Na segunda, traça-se uma breve história do crochê e dos seus usos terapêuticos, ilustrando com exemplos de projetos semelhantes a nível internacional - como o projeto que inspirou a criação deste projeto. Na terceira parte, detalha-se a proposta concreta do projeto “Agulhas Unidas”, e, por fim, na quarta parte, apresentam-se as conclusões, reflexões e caminhos possíveis para a sua implementação futura.

Parte I - Enquadramento teórico

O presente enquadramento teórico tem como objetivo contextualizar e fundamentar a proposta do projeto “Agulhas Unidas – Capacitação em crochê para a inclusão social”, procurando enquadrar esta iniciativa nos domínios de inovação social, do empreendedorismo social e da teoria do empowerment e do desenvolvimento comunitário, demonstrando a sua relevância num território marcado pela desertificação e pelo envelhecimento populacional, como é o caso de Idanha-a-Nova.

Desta forma, a fundamentação teórica aqui apresentada pretende oferecer um olhar abrangente sobre os diferentes pilares que sustentam o projeto, explorando modelos e conceitos-chave que ajudam a compreender a sua lógica de intervenção, o seu potencial e a sua aplicabilidade em contextos semelhantes.

1.1 Empreendedorismo Social

O empreendedorismo social tem vindo a ser reconhecido como um motor fundamental do desenvolvimento económico, sobretudo, em contextos onde os mecanismos de mercado tradicionais não conseguem responder adequadamente às necessidades da população, podendo, dessa forma, ser uma via estratégica para impulsionar mudanças sustentáveis e equitativas, especialmente em territórios com maiores fragilidades socioeconómicas (Lal et al, 2024).

As abordagens tradicionais de desenvolvimento, muitas vezes centradas em modelos urbanos ou dependentes de apoios externos, têm revelado limitações na resposta às necessidades específicas dos territórios rurais e às suas potencialidades. Neste cenário, o empreendedorismo social tem-se afirmado como uma alternativa promissora, oferecendo respostas inovadoras e adaptadas aos contextos locais. Definido pela sua missão dual – criar valor social e garantir sustentabilidade económica -, o empreendedorismo social distingue-se dos modelos empresariais convencionais ao priorizar o impacto social. É nas zonas rurais, onde são mais visíveis as falhas do mercado e as limitações da ação pública, que as iniciativas do empreendedorismo social assumem um papel crucial na dinamização do desenvolvimento económico e social. É através da mobilização de recursos locais, da promoção da participação comunitária e da adoção de práticas sustentáveis, que os empreendedores sociais contribuem para a criação de oportunidades de geração de rendimento e para a melhoria das condições de vida, de forma enraizada nas dinâmicas e características do território (Brinda et al, 2024). No entanto, o êxito do empreendedorismo social em meios rurais está fortemente condicionado por vários fatores determinantes, como o acesso ao financiamento, o grau

de envolvimento da comunidade local e a capacidade de inovar perante obstáculos e necessidades emergentes (Lal et al, 2024).

Tendo em conta o potencial do empreendedorismo social em contextos rurais, importa agora aprofundar o seu enquadramento conceptual. Compreender o que se entende por empreendedorismo social é fundamental para analisar a sua relevância enquanto estratégia de desenvolvimento e inclusão, bem como, para situar o projeto “Aglulhas Unidas” no âmbito deste campo de ação.

1.1.1 Conceito e características

O fenómeno do empreendedorismo social tem vindo a ganhar força ao longo da última década, tendo o seu conceito vindo a afirmar-se como um fenómeno a nível global, podendo mesmo dizer-se que nos últimos anos, ele tem sido uma alternativa da maioria dos países que procuram adotar modelos economicamente mais sustentáveis com vista a um maior desenvolvimento humanitário (Monteiro, 2016).

Apesar deste conceito ser originário dos Estado Unidos, rapidamente teve um alcance noutros países anglo-saxónicos, onde surgiram várias iniciativas que se foram criando e espalhando um pouco por todo o mundo, desde a América Latina ao Sudoeste Asiático, passando pelo continente africano e em especial na Europa, onde este fenómeno se foi multiplicando com força, através de uma enorme mobilização de agentes, tanto da sociedade civil, como através de formações, congressos e seminários, por forma a chamar a atenção para os diversos líderes sobre esta temática, a par de investigações universitárias, que contribuíram em grande medida para o despontar de um enorme interesse por parte da União Europeia (Monteiro, 2016).

A busca por novas alternativas de desenvolvimento humano e de modelos cada vez mais sustentáveis que se têm vindo a sentir significativamente nos últimos anos, faz-nos questionar o papel do empreendedorismo e dos empreendedores no que diz respeito à maximização do seu lucro e do seu real propósito, tendo-se verificado que empresas com propósito social começaram a despoletar um pouco por toda a Europa, especialmente em países como Itália e o Reino Unido. No entanto, o que gerou um maior impacto na perceção do público acerca do mundo do empreendedorismo social, foi o trabalho do professor *Muhammad Yunus*, o qual fundou o “*Grameen Bank*“, tendo ganho um prémio Nobel da Paz em 2006 por ter sido pioneiro no mundo da concessão do microcrédito, ajudando a combater a pobreza extrema, primeiramente no Bangladesh e mais tarde um pouco por todo o mundo, ao replicar esse sistema bancário vocacionado para o microcrédito aos pequenos investidores (Testie et al, 2018). *Muhammad* é um dos vários grandes exemplos de empreendedores sociais que se tornaram referências a nível global

pelos seus grandes contributos para com a sociedade, sendo considerado como um dos elementos chave destes agentes de mudança, a combinação da ousadia económica com a missão social. Outro grande exemplo de empreendedor social foi *Michael Young*, tendo sido apontado como uma figura de referência na disseminação do empreendedorismo social no Reino Unido, onde foi o fundador do *Institute For Community Studies* e também da *School for Social Entrepreneurs*, fundada em 1997 com o objetivo de apoiar e capacitar pessoas com o desejo de começar ou até de liderar empreendimentos sociais e que necessitavam de conhecimentos e de ferramentas para transformarem as suas ideias em projetos de impacto social. Outro grande exemplo é o de *Bill Dryton*, fundador da *Ashoka*, que é a maior rede a nível mundial de empreendedores sociais. Tanto esta como outras redes sociais, são nos dias de hoje fundamentais para o suporte dos empreendedores sociais que efetuam ações meritórias para a resolução de problemas locais e que apesar de por vezes serem invisíveis aos olhos de muitos, elas têm vindo a efetuar um extraordinário trabalho de campo nesta área (Monteiro, 2016).

Apesar do conceito “empreendedorismo social” estar a ganhar cada vez mais visibilidade e relevância, este conceito tem vindo a ser interpretado de diversas formas distintas, sendo para uns associado exclusivamente a organizações sem fins lucrativos que desenvolvem iniciativas geradoras de rendimentos ou negócios sociais e para outros, como sendo qualquer pessoa que cria uma organização do setor terciário, havendo ainda quem o utilize para descrever empresários que incorporam práticas de responsabilidade social nas suas atividades comerciais (Dees, 2001). Apesar das diversas interpretações que este conceito abarca, o empreendedorismo social pode ser entendido como a atuação de um indivíduo, grupo, rede ou organização que procura promover mudanças sustentáveis e de grande escala, recorrendo a ideias inovadoras que rompem com os modelos tradicionais de intervenção, sejam eles do setor público, do setor social ou do setor empresarial, com o objetivo de responder de forma eficaz a desafios sociais significativos (Kummitha, (2025).

1.1.2 Empreendedor e empreendedor social

Segundo o dicionário da língua português, a palavra “empreendedor” refere-se a um indivíduo proativo, com capacidade de começar novos projetos, mesmo quando estes são arriscados. A sua figura, hoje considerada como o símbolo da atividade comercial, foi apenas incorporada no séc. XIX na teoria económica. Para Jean-Baptiste Say “os empreendedores criam valor, ao movimentarem recursos económicos de áreas de baixa produtividade para outras de maior produtividade e rendimento” (Monteiro, 2016 pp-48). Uma das figuras centrais na disseminação deste conceito foi J. A. Schumpeter,

considerando ele que o que alimenta o empreendedor é o desafio e a mudança, não se limitando o mesmo, a gerir negócios já existentes mas sim a criar novas combinações de recursos que resultam em novos produtos, processos e mercados, sendo que, Monteiro vem destacar que, o empreendedorismo é mais do que uma atividade económica; é um fenómeno social que reflete a capacidade de indivíduos ou grupos para transformarem o contexto em que estão inseridos, promovendo inovação e desenvolvimento.

Por sua vez, o empreendedor social assume o papel de agente de mudança no setor social, destacando-se pela sua missão clara de gerar e sustentar valor social, indo além da mera criação de valor privado. Este tipo de empreendedor revela uma forte capacidade de identificar e perseguir, de forma persistente, novas oportunidades que estejam alinhadas com essa missão transformadora. O seu percurso é marcado por um processo contínuo de inovação, adaptação e aprendizagem, características essenciais num contexto em constante evolução. Além disso, o empreendedor social age com ousadia, não se deixando limitar pelos recursos disponíveis no momento, o que demonstra uma postura proativa e resiliente (Dees, 2021). Por último, evidencia um elevado sentido de responsabilidade, quer perante as comunidades e públicos que serve, quer relativamente aos resultados e impactos que procura alcançar. Este perfil torna-o fundamental na procura de soluções sustentáveis e eficazes para problemas sociais complexos, especialmente em contextos onde as respostas tradicionais têm sido insuficientes (Dees, 2021).

Embora muitos empreendedores tradicionais adotem práticas socialmente responsáveis, como apoiar financeiramente organizações sem fins lucrativos, recusar determinados tipos de negócios considerados eticamente questionáveis, optar por materiais ecológicos ou garantir boas condições laborais, essas ações, ainda que louváveis, mantêm-se geralmente desconectadas de uma missão social direta. A sua responsabilidade social, neste caso, surge como um complemento às suas atividades principais, e não como o eixo central do seu modelo de negócio. Em contraste, os empreendedores sociais distinguem-se precisamente pela forma como integram de forma orgânica e estruturante a missão social no cerne das suas estratégias de geração de rendimento. Essas estratégias estão intrinsecamente ligadas à resolução de problemas sociais concretos: seja através da inclusão laboral de pessoas com deficiência, doenças mentais crónicas, dificuldades económicas ou outras formas de exclusão, seja mediante a comercialização de produtos ou serviços diretamente orientados para a transformação social, como o apoio à permanência de jovens na escola, o fornecimento de cuidados domiciliários a idosos entre tantos outros. Além disso, a forma de avaliar o sucesso destes empreendedores, também difere significativamente. Enquanto os empreendedores tradicionais são principalmente avaliados pela sua rentabilidade económica, os

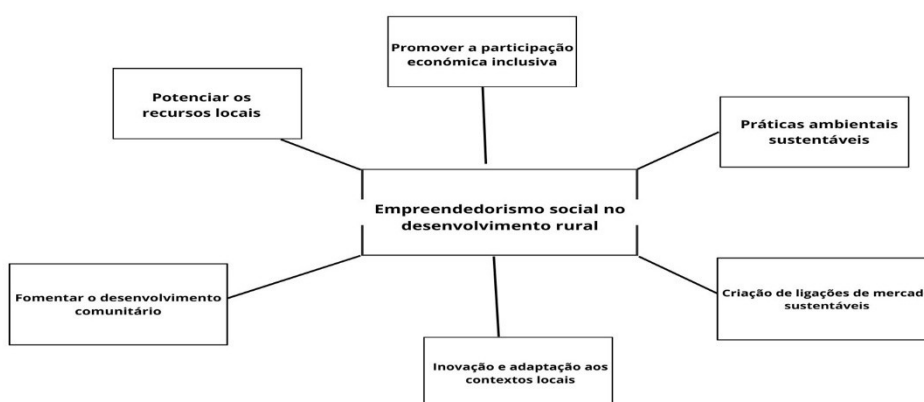
empreendedores sociais operam com base num modelo de “*double bottom line*” (dupla linha de fundo), que conjuga resultados financeiros com impacto social (Boschee, 2003). O lucro continua a ser um objetivo relevante, mas não exclusivo, sendo normalmente reinvestido no avanço da missão social, em vez de distribuído entre acionistas ou investidores (Boschee, 2003).

1.1.3 O papel do empreendedor social na transformação comunitária em áreas rurais

Ao contrário do empreendedorismo tradicional, cujo principal objetivo é a maximização do lucro, o empreendedorismo social alia a inovação empreendedora a uma missão centrada na resolução de problemas sociais. Esta abordagem distintiva assume um papel relevante na promoção do desenvolvimento económico e social, precisamente por integrar o impacto social como parte essencial da sua atuação, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento económico, com especial enfoque na criação de emprego, na redução da pobreza, no crescimento sustentável e no empoderamento das comunidades. Com os diversos desafios que as áreas rurais têm vindo a enfrentar ao longo dos anos, tais como: o isolamento geográfico, falta de infraestruturas, acesso limitado a financiamento, dependência de atividades agrícolas e o declínio populacional, a atuação do empreendedor social visa permitir identificar e responder a desafios sociais e económicos de forma inovadora e sustentável (Lal et al, 2024).

De acordo com Lal et al (2024), são alguns os fatores que influenciam o sucesso do empreendedorismo social em territórios rurais como nos é apresentado no seguinte esquema:

Figura 1: O papel do empreendedorismo social no desenvolvimento das áreas rurais



Fonte: Elaboração própria, mencionado em Lal et al (2024)

O esquema apresentado evidencia os principais eixos de atuação do empreendedorismo social no contexto do desenvolvimento rural, revelando uma abordagem multifacetada de resposta às necessidades locais. Ao potenciar os recursos, promover práticas ambientais e fomentar a criação de mercados, de uma forma sustentável, o empreendedorismo social revela-se como uma estratégia eficaz para dinamizar economias locais de forma resiliente e inclusiva. Para além disso, ao incentivar a participação económica de grupos tradicionalmente excluídos e apostar na inovação adaptada ao contexto, este modelo contribui para a construção de soluções socialmente enraizadas, com impacto direto no fortalecimento comunitário (tema este que irá ser abordado com mais detalhe no capítulo seguinte).

De salientar que, para Lal et al (2024), uma das mais-valias do empreendedorismo social nos contextos rurais acima mencionadas, reside na sua capacidade de valorizar e mobilizar os recursos locais, sejam eles humanos, naturais ou culturais, de forma a impulsionar atividades económicas sustentáveis. Exemplos disso incluem a revitalização de artes e saberes tradicionais, a dinamização do ecoturismo ou até mesmo a transformação de produtos agrícolas locais em bens com maior valor acrescentado, destinados a mercados locais ou regionais. Esta valorização dos recursos locais, contribui não só para a criação de emprego e geração de rendimentos como também, para a preservação do património cultural, reforçando a resiliência das comunidades rurais a longo prazo.

Essa valorização dos recursos locais relaciona-se de forma direta com o projeto “Agulhas Unidas”, uma vez que este assenta precisamente na recuperação de saberes tradicionais – como o crochê – enquanto instrumento de desenvolvimento local e de inclusão social. O projeto identifica um recurso subvalorizado (o conhecimento ancestral do crochê e das técnicas manuais) e transforma-o numa oportunidade de capacitação, geração de rendimentos e valorização cultural dentro da comunidade. O empreendedorismo social, nestes moldes, não só responde a lacunas estruturais do meio rural, como também visa reforçar a coesão territorial e a sustentabilidade a longo prazo.

Em suma, a proposta deste projeto de crochê comunitário, insere-se de forma clara na lógica do empreendedorismo social, na medida em que alia a geração de rendimento à promoção de impacto social positivo. À semelhança do que caracteriza os empreendedores sociais, esta iniciativa não procura apenas a sustentabilidade financeira, mas orienta-se, sobretudo, pela missão de inclusão social, empoderamento e valorização dos saberes tradicionais. Através da capacitação em técnicas de crochê, o projeto proporciona oportunidades de participação ativa e expressão criativa a pessoas que, por diversas razões, como o isolamento geográfico, a idade ou situações de vulnerabilidade socioeconómica, se encontram frequentemente à margem dos circuitos

económicos e culturais. Ao promover o uso de materiais sustentáveis e práticas colaborativas, esta iniciativa contribui ainda para um modelo de desenvolvimento local que respeita os ritmos e os recursos da comunidade, reforçando o sentimento de pertença e identidade coletiva. Assim, este projeto ilustra uma abordagem onde os produtos criados têm não só valor económico, mas também, um profundo significado social e cultural, refletindo uma visão integrada de empreendedorismo social, enraizada no território e nas pessoas que o habitam.

Também o desenvolvimento sustentável e integrado dos territórios rurais têm sido uma prioridade crescente da União Europeia, culminando na apresentação do Plano de Ação Rural da EU , enquadrada na Visão de Longo Prazo para as Zonas Rurais até 2040 (Comissão Europeia, 2021). Este plano visa revitalizar e capacitar as comunidades rurais, promovendo a coesão territorial e criando novas oportunidades económicas, sociais e ambientais.

As comunidades rurais devem ser espaços de vida dinâmicos, onde os cidadãos – mulheres e homens – participem ativamente nos processos de decisão e formulação de políticas. Para tal, é essencial uma abordagem inclusiva e colaborativa, envolvendo diferentes níveis de governação, redes de atores locais e múltiplas partes interessadas. A promoção de soluções inovadoras na prestação de serviços, incluindo o aproveitamento das ferramentas digitais e o incentivo à inovação social, revela-se crucial para o fortalecimento da capacidade local de respostas às necessidades específicas de cada território (Comissão Europeia, 2021). Um dos pilares centrais para o desenvolvimento destas regiões é a conectividade, tanto física como digital. A melhoria dos serviços de transporte público, o reforço das ligações entre áreas rurais e urbanas e o investimento em infraestruturas digitais são considerados fundamentais para garantir o acesso a uma maior diversidade de serviços, contribuindo para a atratividade e inclusão social das comunidades locais. Paralelamente, a preservação dos recursos naturais, a recuperação das paisagens, incluindo as culturais, e a transição ecológica da agricultura e das cadeias de abastecimento reforçam a resiliência das zonas rurais face às alterações climáticas, a riscos naturais e a crises económicas. Estas áreas desempenham um papel vital na proteção dos ecossistemas, assumindo-se como atores estratégicos na dupla transição verde e digital, no qual, esta transição deve ser equitativa, contemplando as necessidades de todos os membros da sociedade rural, especialmente dos grupos mais desfavorecidos, com o objetivo de fortalecer a coesão e a resiliência social.

Por fim, o plano sublinha que a prosperidade das zonas rurais depende da diversificação económica, através da abertura a novos setores de atividade, do aumento do valor acrescentado dessas atividades tradicionais (como a agricultura, floresta ...) e da criação de ambientes favoráveis ao empreendedorismo. Estratégias económicas locais e

sustentáveis, combinadas com o reforço da literacia digital e o acesso a formação híbrida e digital, são determinantes para dotar as comunidades das competências necessárias à criação de novas oportunidades de emprego e inovação. O projeto, desta forma, contribui para este plano, na medida em que pretende dotar a comunidade de competências ligadas ao empreendedorismo e ao mundo digital, com a criação da plataforma de vendas online, onde a ideia é fazer com que as próprias artesãs sejam também parte integrante desse processo.

1.2 Inovação Social

O empreendedorismo social, aliado à inovação, pode ser compreendido como uma ferramenta estratégica para responder às necessidades emergentes das comunidades e, simultaneamente, como um instrumento de combate ao despovoamento (Salgado et al, 2023). Desta forma, neste sub-capítulo irá ser explorado o conceito de inovação social bem como o importante papel que os ecossistemas de inovação desempenham no desenvolvimento de projetos de intervenção, com destaque para o ecossistema de inovação social português.

1.2.1 Conceito

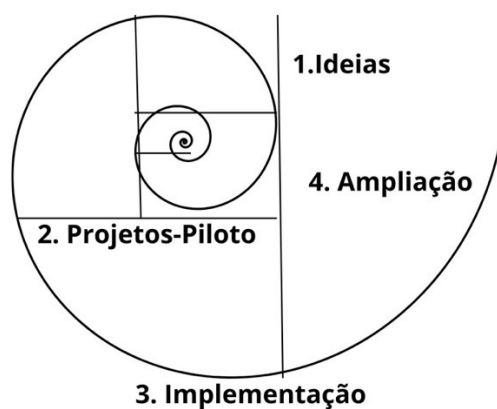
A inovação social tem vindo a ganhar destaque no discurso político e académico, especialmente no contexto do desenvolvimento e da marginalização em contextos urbanos e, mais recentemente, rurais, no qual esta crescente atenção justifica-se pelo seu potencial transformador, ao identificar fatores e pontos essenciais capazes de promover mudanças significativas na sociedade (Bock, 2016). Contudo, o conceito de inovação social enfrenta diversos desafios, nomeadamente a ausência de uma definição consensual. Apesar de existir uma diversidade de interpretações, entende-se por inovação social o conjunto de projetos e iniciativas promovidas por atores do ecossistema de inovação social que procuram responder a problemas sociais de forma mais eficaz, através da implementação de metodologias disruptivas e não convencionais. Estes ecossistemas são frequentemente impulsionados pela sociedade civil, especialmente por organizações que operam com foco na transformação estrutural dos sistemas sociais e na procura de soluções para os grandes desafios contemporâneos (Jutting, 2020).

Segundo Cajaiba-Santana (2014), este tipo de inovação consiste na criação de novas práticas sociais através de ações coletivas, intencionais e orientadas para objetivos específicos, com o propósito de gerar mudanças sociais significativas, reconfigurando a forma como se alcançam metas sociais. Assim, a ação social e a mudança social

constituem elementos centrais no processo de inovação social, independentemente da sua origem. Neste contexto, Westley e Antadze (2010), descrevem a inovação social como um processo complexo que implica a introdução de novos produtos, processos ou programas que transformam profundamente as rotinas e os fluxos de recursos e crenças de um sistema social, sendo que, para que a inovação social seja bem sucedida, é essencial que esta apresente durabilidade e impacto amplo no tecido social em que se insere.

A inovação social é geralmente concebida como um processo evolutivo que se desenrola em várias etapas interdependentes. De acordo com o Guia para a Inovação Social, elaborado pela Comissão Europeia (2013), este processo tem início com a formulação de ideias inovadoras, que posteriormente podem ser testadas em pequena escala através de projetos-piloto ou protótipos. Quando estas soluções demonstram viabilidade e relevância, passa-se para uma fase de implementação mais robusta, sustentando o modelo numa nova iniciativa empreendedora ou integrando-o em políticas existentes dentro de instituições já estabelecidas. A última fase deste percurso consiste na sua ampliação (*Scaling up*), onde a inovação alcança maior impacto e se institucionaliza como prática corrente.

Figura 2 : O modelo espiral das quatro fases da Inovação Social



Fonte: Adaptado do Guia prático para a Inovação Social (EU, 2013)

As ideias para a inovação social emergem frequentemente de processos criativos e interdisciplinares, no qual raramente surgem de forma isolada, pelo contrário, tendem a desenvolverem-se a partir de ideias pré-existentes ou da reflexão crítica sobre experiências anteriores (Murray et al, 2010). Este processo é frequentemente impulsionado por uma mudança de perspetiva ou pela capacidade de questionar abordagens convencionais, permitindo a identificação de novas possibilidades de intervenção social (Murray et al, 2010). Os projetos-piloto, por sua vez, representam uma

fase essencial no processo de desenvolvimento da inovação social, permitindo testar, em contextos reais, ideias promissoras que necessitam de validação válida, sendo as ideias testadas e aperfeiçoadas através de um processo de tentativa erro antes de serem implementadas (Murray et al, 2010). Já a fase de ampliação, refere-se ao processo de difusão bem-sucedida de uma solução inovadora em larga escala, de modo a gerar um impacto sistémico mais alargado e sustentável (Murray et al, 2010).

Neste contexto, um dos principais desafios para os decisores políticos reside na capacidade de identificar, de entre as ideias emergentes, aquelas com maior potencial para avançar para a fase de teste, bem como, selecionar os projetos-piloto que demonstram melhorias claras em relação aos modelos tradicionais. Posteriormente, é necessário avaliar quais dessas iniciativas deverão ser implementadas de forma sustentável e quais têm condições para ser ampliadas, de modo a gerar mudanças sistémicas efetivas (EU, 2013). Para tal, é essencial que as autoridades regionais concebam programas que promovam uma cadeia de inovação contínua, garantindo que existem projetos em diferentes estágios de maturação e que estes possam ser promovidos de forma progressiva até à escala necessária para alcançar impacto duradouro (EU, 2013).

1.2.2 Ecossistemas de inovação e ecossistema de inovação social em Portugal

Os ecossistemas de inovação social referem-se a um conjunto articulado de condições, atores, recursos e políticas que facilitam o surgimento, desenvolvimento, implementação e ampliação de soluções inovadoras para desafios sociais complexos. De acordo com a OCDE (2021), para que a inovação social possa atingir um impacto significativo e duradouro, é fundamental que esses ecossistemas sejam intencionalmente estruturados e dinamizados.

O modelo de inovação social assenta na colaboração entre diversos setores e atores, orientando-se por princípios como a cocriação, a coevolução, a especialização partilhada, a cooperação e a governança colaborativa, no qual o objetivo é gerar valor coletivo e promover mudanças sustentadas através de práticas inovadoras que desafiam o status quo (Jutting, 2020). Para tal, os ecossistemas recorrem a um conjunto diversificado de ferramentas, incluindo regulamentações, práticas de utilização, significados culturais, infraestruturas, redes de manutenção e cadeias de fornecimento, tendo capacidade de criar mais valor do que qualquer organização sozinha (Jutting, 2020).

Em Portugal, o conceito de inovação social (IS) ganhou particular visibilidade na sequência da crise financeira de 2008, emergindo como uma resposta às crescentes necessidades sociais e aos desafios estruturais da economia e da coesão social (Mota et

al, 2022). A partir deste contexto, a inovação social começou a ser utilizada para descrever novas dinâmicas e transformações no seio da economia social e solidária, destacando-se o aparecimento de uma nova geração de empreendedores e empresas sociais (Mota et al, 2022).

No plano europeu, Portugal tem alinhado as suas estratégias de IS com as prioridades da União Europeia, reconhecendo-a como um elemento central na promoção de uma Europa mais inclusiva, inteligente e sustentável (Mota et al, 2022). Este reconhecimento traduziu-se na criação em 2014 da iniciativa Portugal Inovação Social ¹(PIS), que visou operacionalizar esta abordagem por meio de instrumentos de financiamento inovadores e focados na capacitação de organizações com impacto social (Mota et al, 2022). De acordo com a PIS (2024), esta iniciativa foi um programa pioneiro no contexto europeu, no qual mobilizou fundos da EU para desenvolver o ecossistema de inovação social em Portugal tornando-se uma das principais referências mundiais nos dias de hoje em termos de políticas para a dinamização da inovação social, financiando projetos inovadores em parceria com investidores públicos e privados, acompanhados de políticas públicas ao longo de uma década.

Outras estruturas que também desempenham um papel central no fortalecimento do ecossistema de inovação social em Portugal são as chamadas incubadoras sociais, funcionando como estruturas de apoio fundamentais para o desenvolvimento e consolidação de projetos com impacto social. Estas entidades oferecem acompanhamento técnico, capacitação, mentoria, acesso a redes colaborativas e apoio logístico e financeiro, criando condições favoráveis para que iniciativas emergentes possam desenvolver-se de forma sustentável. As incubadoras sociais não só apoiam o desenvolvimento de novos projetos, como também promovem a sustentabilidade das organizações, ajudando-as a definir modelos de negócio viáveis e estratégias de crescimento (Domanski & Kaletka, 2017).

Por último, outro dos pilares estratégicos do ecossistema de inovação social em Portugal foi a criação da Agenda para o Impacto 2030 (API30), ²lançada em 2022 por

¹ Esta abordagem foi operacionalizada através da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social (EMPIS), uma entidade pública especializada em competências para coordenar, implementar e articular o programa a nível nacional, assegurando a proximidade territorial e capacidade de interlocução com os diversos atores do ecossistema, promovendo uma lógica de governação colaborativa e em rede.

Também foi pioneira no desenho de mecanismos de financiamento inovadores, com os Títulos de Impacto Social, que mobilizam simultaneamente recursos públicos e privados e integram investidores sociais nos modelos de financiamento de projetos, permitindo alinhar incentivos financeiros com resultados sociais mensuráveis, reforçando a sustentabilidade e o impacto das iniciativas apoiadas. <https://pis.portugal2030.pt/portugal-inovacao-social-2014-2023/>

² A API30 articula cinco objetivos estratégicos e 14 recomendações práticas e mensuráveis, dirigidas aos atores públicos e privados do ecossistema. Estre os grandes objetivos estipulados, destacam-se: a) Reforçar a EMPIS como entidade central de inovação social em Portugal; b) Promover o empreendedorismo social; c) Lançar iniciativas regulatórias que promovam o crescimento da inovação social em Portugal; d) Mobilizar capital para a contratualização e financiamento por resultados; e) Mobilizar investidores sociais

iniciativa da Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do Centro Nacional de Competências para a Inovação Social (CNCIS) – destinado a apoiar o ecossistema através da produção de conhecimento, capacitação e promoção de parcerias, no qual surge como resposta estruturada à necessidade de consolidar, ampliar e profissionalizar o campo da inovação e do investimento social no país (Fundação Calouste Gulbenkian, 2022). Neste contexto, a API30 posiciona-se como um elemento agregador e catalisador dentro do ecossistema, promovendo sinergias entre entidades do setor público, organizações da economia social, investidores de impacto e iniciativas comunitárias, sendo que, é através desta agenda que Portugal reforça o seu papel de liderança europeia no setor, promovendo uma cultura de inovação orientada para o bem comum, inclusão social e sustentabilidade, alinhando-se com os ODS da Agenda 2030 da ONU (Fundação Calouste Gulbenkian, 2022).

1.3 Empowerment e desenvolvimento comunitário

Neste último subcapítulo que se segue, pretende-se analisar a forma como o projeto “Agulhas Unidas” contribui para processos de empowerment e desenvolvimento comunitário, promovendo não só a autonomia individual, mas também o fortalecimento das relações sociais e da coesão local. Através da prática do crochê como ferramenta de encontro, aprendizagem e expressão, o projeto envolve mulheres de diferentes gerações num processo participativo que valoriza os saberes tradicionais e reforça o sentido de pertença à comunidade.

Desta forma, serão explorados conceitos-chave como desenvolvimento, participação, empowerment (individual e comunitário), capital social, desenvolvimento local sustentável e sentido de comunidade, com o objetivo de compreender como estes elementos se articulam na experiência concreta do Agulhas Unidas.

1.3.1 Conceitos de desenvolvimento, participação e empowerment comunitário

O conceito de desenvolvimento assume significados distintos consoante os contextos regionais e locais, tornando-se especialmente relevante quando analisado numa perspetiva internacional e multidisciplinar, não devendo ser encarado como um conceito fixo, mas sim, como uma construção dinâmica e situada, influenciada pelas circunstâncias históricas e contextuais de cada comunidade ou região (Pike et al, 2011)

e aumentar o montante investido em inovação social em Portugal. https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2022/10/API30-Digital_vf_V21.11.2022_opt.pdf

A origem etimológica e conceptual deste conceito remonta à biologia, onde designava o processo pelo qual um organismo atinge a sua maturidade, expressando o seu potencial genético. Foi a partir do século XIX, que esse entendimento foi transportado para as ciências sociais, especialmente com o surgimento do darwinismo social, o qual passou a associar o desenvolvimento ao progresso das sociedades humanas, num sentido evolutivo e linear. Com o passar do tempo, as limitações deste paradigma tornaram-se evidentes, sobretudo devido às crescentes desigualdades sociais, degradação ambiental e exclusão de amplos setores da população. Assim, emergiram outras correntes teóricas e críticas, como o desenvolvimento humano, proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que introduziu o conceito de índice de Desenvolvimento Humano (IDH), incorporando variáveis como saúde, educação e qualidade de vida (UN, 2015). Só mais recentemente, o foco tem-se deslocado para abordagens integradas como o Desenvolvimento Sustentável, que procura conciliar as dimensões económica, social, ambiental e cultural, visando o bem-estar das gerações presentes sem comprometer os recursos e oportunidades das gerações futuras (Santos et al, 2012). Esta perspetiva é assim refletida em agendas internacionais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), o qual iremos mais a frente enquadrar estes ODS com o projeto. De acordo com as Nações Unidas, os ODS representam um compromisso histórico e coletivo dos líderes mundiais em prol de uma agenda política ampla, integrada e universal, no qual os diversos Estados se comprometeram com um plano de ação comum que visa não apenas o progresso económico, mas também a justiça social, a proteção ambiental e a cooperação internacional. A agenda 2030, composta por 17 ODS³ e 169 metas, constitui um esforço global para promover o desenvolvimento sustentável de forma equitativa e inclusiva, por forma a assegurar benefícios tanto para a geração presente como para as futuras. Neste contexto, os países reafirmam a sua soberania sobre os seus recursos naturais e económicos, comprometendo-se simultaneamente com os princípios do direito internacional e com a implementação da Agenda de forma alinhada com os direitos e obrigações do Estado (UN, 2015).

O desenvolvimento, enquanto processo que visa a melhoria contínua das condições de vida e a realização plena dos direitos humanos, implica a inclusão ativa das comunidades na construção das soluções que lhes dizem respeito (Prilleltensky, 2001).

³ De acordo com a Organização das Nações Unidas, os 17 ODS são: 1) Erradicar a pobreza; 2) Erradicar a fome; 3) Saúde de qualidade; 4) Educação de qualidade; 5) Igualdade de género; 6) Água potável e saneamento; 7) Energias renováveis e acessíveis; 8) Trabalho digno e crescimento económico; 9) Indústria, inovação e infraestruturas; 10) Reduzir as desigualdades; 11) Cidades e comunidades sustentáveis; 12) Produção e consumo sustentáveis; 13) Ação climática; 14) Proteger a vida marinha; 15) Proteger a vida terrestre; 16) Paz, justiça e instituições eficazes e 17) Parcerias para a implementação dos objetivos (ONU).

É nesta perspectiva, que a participação cidadã se torna num elemento central e indissociável do desenvolvimento, pois é através do envolvimento direto das pessoas, especialmente daquelas que vivem em contextos de maior vulnerabilidade, que se promove uma distribuição mais justa de recursos, oportunidades e poder (Prilleltensky, 2001).

A participação, enquanto princípio fundamental da psicologia comunitária, é entendida como um processo ativo e transformador no qual os membros da comunidade assumem um papel central na identificação de problemas e na construção de soluções. Para Paulo Freire (1970), este conceito reconhece que as mudanças sociais genuínas têm início quando as pessoas são incentivadas a refletir criticamente sobre as questões que afetam as suas vidas e são envolvidas na procura de respostas de forma participativa. Neste sentido, a participação cidadã não é apenas um ato pontual, mas um exercício contínuo de poder partilhado. Ao envolver grupos comunitários e indivíduos numa parceria colaborativa e igualitária, cria-se um espaço de capacitação onde os próprios cidadãos se tornam agentes do seu próprio desenvolvimento. Este envolvimento promove o restabelecimento do controlo sobre os obstáculos que enfrentam, permitindo-lhes não só advogar por si próprios, mas também por outros membros da comunidade. Ao serem reconhecidos como especialistas nos seus próprios contextos de vida, os participantes contribuem com perspectivas únicas sobre as dinâmicas locais e sobre as barreiras institucionais que dificultam a justiça social, conceito este que, de acordo com Rappaport (1981) se traduz na promoção da participação ativa das comunidades na resolução dos seus próprios problemas, reconhecendo o valor dos saberes locais e garantindo que as vozes tradicionalmente excluídas tenham influência real nas decisões políticas e sociais (Kloos et al 2012). Esta abordagem visa desta forma, promover uma mudança na dinâmica de poder tradicional, incentivando a tomada de decisão partilhada entre todos os atores envolvidos. Neste enquadramento, destaca-se a investigação-ação participativa baseada na comunidade (*community-based participatory research*), onde os membros da comunidade são co-investigadores em todas as etapas do processo científico. Tal abordagem não só reforça a legitimidade dos saberes locais, como também contribui para o desenvolvimento de competências pessoais, como a própria comunicação, a resolução de problemas e a liderança.

Também a proposta do projeto se baseia na participação ativa da comunidade em todas as fases – desde a conceção até à execução e manutenção. As oficinas de crochê são espaços abertos, onde cada pessoa pode aprender, ensinar e partilhar experiências, tornando-se parte integrante do processo (Jason et al 2019).

Assim, a participação é entendida não apenas como meio de inclusão, mas como um processo de emancipação e de promoção de cidadania ativa, essencial para o

fortalecimento da comunidade e para a efetivação de práticas de justiça social sustentáveis (Jason et al 2019).

O *empowerment* comunitário, por sua vez, reforça a capacidade da ação coletiva, aumentando a influência da comunidade sobre políticas e decisões externas, e promovendo um desenvolvimento mais equitativo e justo (Speer, 1995).

Para o projeto, é importante que sejam criadas condições para que os membros da comunidade adquiram novas competências, reforcem a sua autoestima e aumentem a sua capacidade de agir sobre a própria realidade, fomentando desta forma, o empoderamento individual e coletivo.

O *empowerment* comunitário refere-se à capacidade coletiva de uma comunidade, composta por indivíduos e organizações, de mobilizar competências e recursos próprios para satisfazer as suas necessidades, promovendo assim um processo ativo de transformação social (Zimmerman et al, 1994). Este tipo de *empowerment* manifesta-se através da participação ativa dos membros na vida comunitária, o que fortalece os laços de apoio mútuo, facilita a gestão de conflitos internos e amplia a influência da comunidade sobre os fatores que afetam a sua qualidade de vida (Zimmerman et al, 1994). Assim, uma comunidade empoderada é capaz não apenas de melhorar internamente, mas também de intervir e influenciar decisões em sistemas sociais mais amplos (Zimmerman et al, 1994). Este conceito está intimamente ligado aos níveis individual e organizacional de *empowerment*, numa perspetiva ecológica que reconhece a interdependência entre os diferentes níveis de ação social, no qual, mais a frente é abordado com mais detalhe. A sua concretização envolve dois pilares essenciais: a capacidade – entendida como a utilização do poder para resolver problemas – e a equidade – enquanto acesso justo e equitativo aos recursos disponíveis (Zimmerman et al, 1994).

1.3.2 Desenvolvimento local sustentável e capital social

O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou destaque internacional com o Relatório Brundtland, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, no qual define o desenvolvimento sustentável como sendo a capacidade da humanidade de promover o progresso económico e social de modo a satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades (WCED, 1987). Desde então, tem sido aprofundado por diversas abordagens académicas que o relacionam com a justiça social, a participação cidadã e os direitos humanos (Sachs, 2004; Leff, 2001). Amartya Sen (1999), por exemplo, contribui para esta discussão ao destacar o papel das

liberdades individuais e da participação democrática no processo de desenvolvimento, enfatizando que este deve ser medido não apenas pelo crescimento económico, mas pela expansão das capacidades humanas.

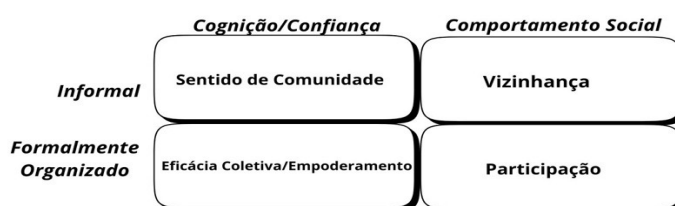
Autores como Ignacy Sachs (2004) e Enrique Leff (2001), reforçam a necessidade de articular as dimensões ambiental, económica, social e cultural na construção de um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Esta perspetiva é particularmente relevante para contextos locais e comunitários, nos quais o reconhecimento dos saberes tradicionais, das práticas culturais e dos ecossistemas locais se revela essencial para garantir soluções justas, enraizadas e duradouras. Assim, o desenvolvimento sustentável deve ser entendido como um processo político e ético, profundamente ligado à democracia participativa e ao empoderamento das comunidades locais, elementos também centrais no campo da inovação social.

Já o desenvolvimento comunitário encontra no paradigma do desenvolvimento local e sustentável um referencial fundamental, centrado na valorização dos recursos endógenos, na participação cidadã e na promoção de soluções integradas e duradouras (Pike et al., 2017). A abordagem de desenvolvimento local participado, visa propor que as comunidades deixem de ser apenas beneficiárias de intervenções externas, passando a ser agentes ativos da sua própria transformação (Pike et al., 2017). Esta perspetiva sustenta-se numa lógica de bottom-up, onde os processos de diagnóstico, decisão e ação emergem das dinâmicas locais, fomentando o sentido de pertença, o capital social e o empowerment coletivo (Pike et al., 2017). O A.G, ao incentivar a produção e comercialização de peças de crochê, visa estimular a economia local, e, simultaneamente, valoriza o património cultural, preservando saberes tradicionais, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento comunitário ao combinar dimensões económicas, sociais e culturais.

Por sua vez, o conceito de capital social tem vindo a assumir um papel central nas abordagens da psicologia comunitária ao desenvolvimento comunitário, destacando-se pela sua capacidade explicativa no que respeita à participação cívica, ao envolvimento social e à coesão comunitária. De acordo com a perspetiva de Perkins, Hughey e Speer (2002), e com base nos trabalhos de Saegert e Winkel (1998), o capital social pode ser compreendido em termos comportamentais – através de ações informais entre vizinhos e de participação formal em organizações – mas também deve ser analisado nas suas dimensões cognitivas, enquanto perceções e atitudes partilhadas. Estas dimensões encontram-se profundamente relacionadas com dois conceitos centrais na psicologia comunitária: o *empowerment* (*conceito este que iremos abordar com mais detalhe de seguida*) e o sentido de comunidade. Enquanto que o *empowerment* se traduz na perceção de eficácia coletiva, isto é, na crença de que a ação organizada pode influenciar

as instituições que afetam a vida cotidiana, o sentido de comunidade remete para um sentimento de pertença e de confiança mútua entre os membros de um grupo ou comunidade. Assim, o capital social, na sua expressão individual, pode ser conceptualizado por 4 dimensões interligadas:

Tabela 1: Dimensões do nível individual do Capital Social



Fonte: Adaptado de Perkins & Longe, 2002)

De acordo com Perkins et al (2002), o sentido de comunidade é amplamente reconhecido como um indicador valioso da qualidade de vida comunitária, sendo também um fator impulsionador consistente de duas dimensões comportamentais do capital social: a participação organizada e os comportamentos informais entre vizinhos. A ligação entre o sentido de comunidade e a participação organizada foi observada tanto a nível individual como coletivo. A própria participação ativa nas dinâmicas da comunidade pode, por sua vez, reforçar o sentimento de pertença e de ligação ao grupo, estando também intimamente relacionado com o *empowerment*, tanto em contextos organizacionais como nos bairros e territórios locais. Neste contexto, o sentido de comunidade envolve não apenas uma ligação afetiva entre os membros de um grupo ou localidade, mas também um sentimento de confiança mútua, de responsabilidade partilhada e de pertença coletiva, contribuindo deste forma, para o fortalecimento das redes sociais locais, favorecendo o envolvimento cívico e o empoderamento comunitário, elementos fundamentais para o desenvolvimento comunitário sustentável e participativo. Quanto ao projeto, as oficinas de crochê oferecem esse mesmo propósito, o reforço do sentimento de pertença da comunidade em Medelim e nas aldeias vizinhas, promovendo uma dinâmica colaborativa, em que a comunidade deixa de ser mera recetora de iniciativas para assumir um papel central na sua própria transformação.

O conceito foi desenvolvido de forma mais sistemática por McMillian e Chavis (1986), que definem o sentido de comunidade como o sentimento de pertença, à percepção de influência mútua, à satisfação de necessidades através do grupo e à partilha de uma ligação emocional entre os seus membros.

Tabela 2: Elementos do Sentido de Comunidade segundo McMillian e Chavis (1986)

Elemento	Descrição
Pertença (<i>Membership</i>)	Sentimento de fazer parte do grupo, com fronteiras claras e segurança emocional.
Influência	Percepção de que os membros influenciam e são influenciados pelo grupo.
Integração e Satisfação de Necessidades	O grupo responde às necessidades dos membros através de valores e objetivos partilhados.
Ligação Emocional Partilhada	Baseada em experiências comuns e no tempo passado juntos, criando desta forma laços afetivos.

Fonte: Elaboração própria, segundo McMillian e Chavis (1986)

Estes quatro elementos – pertença, influência, integração e ligação emocional – são fundamentais para criar comunidades mais resilientes, participativas e inclusivas. Tal como referem Kloos et al. (2012, pp 78), “um forte sentido de comunidade pode proporcionar apoio emocional, oportunidades de influência, partilha de valores e um sentimento de segurança”.

Em contextos marcados pelo isolamento social, como muitas zonas rurais do interior de Portugal, o reforço do sentido de comunidade revela-se particularmente relevante. O projeto Agulhas Unidas contribui para essa construção, ao promover um espaço de encontro intergeracional onde se partilham saberes, histórias e afetos. Através da prática coletiva do crochê, são criadas oportunidades para fortalecer laços sociais, reconstruir redes de apoio e reativar o sentimento de pertença de uma comunidade local ativa.

Relativamente ao empoderamento, ou capacitação, enquanto outra das dimensões do capital social, este encontra-se intrinsecamente ligado à noção de eficácia coletiva, ou seja, à confiança na eficácia da ação comunitária organizada. Este conceito introduz uma nova abordagem ao capital social ao enfatizar as atribuições cognitivas e motivações que levam os membros da comunidade a envolverem-se ativamente, não apenas como beneficiários, mas como cocriadores de soluções, numa relação horizontal com profissionais e técnicos, que deixam de ser vistos como autoridades externas para se tornarem colaboradores no processo de mudança. A um nível local, contudo, o *empowerment* revela-se um conceito-chave para a promoção do capital social, pois associa-se diretamente ao desenvolvimento da autoeficácia, da confiança, das competências individuais e da reflexão crítica, que, por sua vez, fortalecem o envolvimento dos indivíduos em estruturas coletivas baseadas no respeito mútuo, na participação ativa e na partilha de recursos.

Já o conceito de *neighboring*, ou comportamento de vizinhança, que se refere ao comportamento informal como observamos na tabela, refere-se às interações informais e cotidianas entre membros de uma comunidade que envolvem ajuda mútua e suporte prático, tratando-se de um conjunto de ações instrumentais como emprestar algo, cuidar temporariamente de uma criança entre outras, sendo estas formas de apoio, embora informais, essenciais para o fortalecimento das redes de solidariedade e confiança comunitária. Para prezza et al (2001), este tipo de comportamento é especialmente relevante para as populações mais vulneráveis, no qual observaram que mulheres e pessoas com menos escolaridade e com mais filhos tendem a depender mais das relações de vizinhança para apoio no dia a dia, revelando o papel do *neighboring* como mecanismo de inclusão social e resiliência comunitária.

Por último, a participação dos cidadãos em organizações de base comunitária representa a dimensão comportamental do capital social, abrangendo a integração ativa dos indivíduos em associações locais, centros comunitários, organizações religiosas, escolares entre outras tantas formas de atuação cívica (Perkins et al 2002). Para Perkins et al (2002), através da atuação de organizações locais, como associações de bairro, de moradores, ações de voluntariado, iniciativas entre outras, os participantes não apenas contribuem para o bem-estar coletivo, como também reforçam os seus próprios laços sociais e sentido de responsabilidade partilhada. Desta forma, ao promover o envolvimento cívico e fortalecer o sentimento de pertença e interdependência entre os membros da comunidade, a participação contribui para comunidades mais coesas, resilientes e capacitadas para enfrentar desafios comuns.

Neste contexto, a capacitação assume-se como eixo estratégico essencial neste projeto, não apenas enquanto transmissão de competências técnicas, mas também como

criação de condições para que os indivíduos e grupos se reconheçam como atores com poder de ação e influência nas suas comunidades. Assim, a capacitação visa promover, tanto o desenvolvimento pessoal como o fortalecimento da ação coletiva, articulando-se diretamente com o conceito de *empowerment*.

1.3.3 O *empowerment* como processo de transformação individual e coletiva

Antes de abordar o conceito de *empowerment*, Lord e Hutchison (1993) sublinham a importância de compreender, em primeiro lugar, os conceitos de *power* (poder) e *powerlessness* (falta de poder), constituindo a base teórica e experiencial sobre o modo como o *empowerment* se constrói.

Segundo os autores, o poder (*power*) pode ser entendido como a capacidade que os indivíduos ou grupos têm para influenciar decisões que afetam as suas vidas, controlar recursos, e participar ativamente nos processos sociais e políticos. Trata-se de um fenómeno relacional e dinâmico, que se manifesta em múltiplas dimensões – pessoal, interpessoal e coletiva. Por outro lado, a falta de poder (*powerlessness*) é descrita como uma condição de exclusão e marginalização, onde os indivíduos se sentem incapazes de influenciar ou alterar as circunstâncias que os envolvem. Esta condição é frequentemente experienciada por pessoas ou grupos em situação de vulnerabilidade social, marcada por sentimentos de impotência, baixa autoestima e desconexão em relação à comunidade, sendo ao longo dos anos um fenómeno que se vem refletindo nas estruturas sociais e institucionais que perpetuam a desigualdade e limitam o acesso a recursos, participação e reconhecimento.

Também importa realçar que, para se falar deste conceito, é relevante clarificar o significado de “Comunidade” que se define por ser um local caracterizado por diversos elementos tais como: **a)** Pertença, sentido de identidade; **b)** Sistema de símbolos, no qual se espera que os membros partilhem a mesma linguagem, rituais e cerimónias; **c)** Normas e valores semelhantes, **d)** influência mútua, onde todos têm influência na vida uns dos outros; e) Necessidades semelhantes e **f)** Conexão emocional onde todos se apoiam mutuamente (Zimmerman et al, 1994). Desta forma, o conceito de *empowerment* refere-se à habilidade das pessoas terem controlo pela sua própria vida, tanto a nível pessoal como social, económica e política, de maneira a que sejam capazes de tomarem ação no que acreditam que vai ao encontro das suas necessidades (Zimmerman et al, 1994). É um conceito que se identifica por ser positivo e proativo, onde se define por diferentes níveis de análise e práticas como o nível individual, o organizacional e o comunitário (Zimmerman et al, 1994).

Tabela 3: Níveis de Empowerment



Fonte: Adaptado de Zimmerman et al, (1994).

De acordo com esta tabela, podemos perceber que o nível individual, refere-se à capacidade da pessoa ser capaz de tomar decisões e assumir o controlo pela sua própria vida, eficácia pessoal e competência e participação ativa nos processos de decisão das instituições; o *empowerment* ao nível organizacional inclui, tanto os processos internos que permitem aos indivíduos aumentar o seu controlo e participação dentro da organização, como a capacidade da própria organização de influenciar políticas e decisões na comunidade envolvente, promovendo a inclusão e a colaboração. Esta visão das organizações como entidades simultaneamente *empowered* e *empowering* estabelece uma ponte entre os diferentes níveis e num nível comunitário, uma comunidade empoderada é aquela em que os indivíduos e organizações mobilizam as suas competências e recursos em esforços coletivos para responder às suas necessidades comuns. Através dessa participação ativa, os membros da comunidade, tanto pessoas como organizações, apoiam mutuamente, lidam com conflitos internos e têm uma maior influência e controlo sobre a qualidade de vida do seu território. Assim, o *empowerment* ao nível comunitário encontra-se estritamente ligado aos níveis individual e organizacional, formando uma rede de influência mútua.

A maioria da literatura sobre o conceito de *empowerment*, foca-se muito no nível individual, apesar dos três níveis juntos terem a capacidade de agirem em conjunto eficientemente de maneira a criarem mudanças sociais. Outro assunto central que encontramos na literatura é o conceito de *empowerment* como processo e resultado. Como resultado pois refere-se ao estado de se ficar empoderado e como processo pois fortifica as capacidades e recursos necessários para que os indivíduos tenham controlo sobre as suas vidas. Desta forma, *empowerment* consiste simultaneamente num processo e num resultado. No âmbito do projeto, esta dupla dimensão do *empowerment* encontra-se integrada no desenho da intervenção - por um lado, o projeto propõe-se a

promover um processo de capacitação contínua nas mulheres de Medelim (e em todas as outras pessoas interessadas), através do ensino de técnicas de crochê e tricô, valorizando-se o saber-fazer local e estimulando a confiança pessoal, o sentido de utilidade e a autoestima. Por outro lado, pretende gerar resultados tangíveis como o fortalecimento da coesão social, a criação de redes de apoio mútuo, a participação ativa na vida da aldeia e, potencialmente, a geração de rendimentos complementares que contribuam para a sustentabilidade individual e comunitária.

Desta forma, *empowerment* não pode ser atingido num curto espaço de tempo, requerendo um compromisso de longo prazo.

No âmbito da psicologia comunitária, este conceito torna-se completo, sendo também analisado a partir de uma perspetiva ecológica. Este conceito é uma das características que distingue a psicologia comunitária da psicologia clínica tradicional pois não se centra exclusivamente no indivíduo, mas sim, procura compreender as ligações que estes têm com as comunidades e as estruturas sociais. Esta abordagem é conhecida como perspetiva ecológica, o qual implica considerar múltiplos níveis que influenciam o comportamento e o bem-estar das pessoas. A psicologia comunitária considera desta forma que existe uma conexão entre indivíduos, comunidades e sociedades, sendo o contexto e o ambiente onde as pessoas vivem considerado como parte integral do indivíduo quando se tenta entender e trabalhar com comunidades, onde a palavra ecológica significa que existem várias vertentes a considerar, tanto o indivíduo como a família, a comunidade e os poderes políticos.

Esta abordagem, influenciada pelo modelo ecológico de Bronfenbrenner (1979), propõe que qualquer intervenção psicossocial deve considerar os diferentes níveis de influência que afetam o comportamento e o bem-estar humano.

Tabela 4: Perspetiva Ecológica



Fonte: Elaborado de Kloos et al (2012)

Pela leitura do diagrama conseguimos perceber a interligação entre os diferentes níveis:

O nível individual foca-se nas características pessoais, como os valores, crenças, competências e experiências pessoais, sendo fundamental considerar como os indivíduos interagem com os seus ambientes; O nível dos microsistemas, refere-se aos contextos imediatos nos quais os indivíduos participam diretamente como a família, amigos, vizinhança e grupos sociais próximos. Estes sistemas têm uma influência direta e significativa no desenvolvimento e bem-estar dos indivíduos; as organizações incluem as estruturas formais, como as escolas, locais de trabalho, serviços de saúde e outras instituições com as quais os indivíduos interagem. Estas organizações moldam as oportunidades e os recursos que se encontram disponíveis para os indivíduos e as comunidades; já as localidades abrangem as comunidades geográficas, no qual influenciam as normas sociais e os recursos comunitários. Por fim, o nível dos microsistemas engloba os sistemas sociais, culturais, económicos e políticos mais amplos que influenciam os outros níveis, incluindo políticas públicas, sistemas legais, normas culturais que moldam as condições de vida dos indivíduos.

Com base nesta perspectiva ecológica, é possível analisar o projeto como uma intervenção que atua em múltiplos níveis de influência. Esta abordagem permite compreender como fatores individuais, relacionais, organizacionais, comunitários e estruturais se interligam na promoção do bem-estar e da inclusão social.

O quadro seguinte apresenta uma síntese da articulação entre os níveis ecológicos e os objetivos e ações do projeto.

Tabela 5: Níveis ecológicos aplicados no Projeto “Agulhas Unidas”

Nível Ecológico	Aplicação no projeto “Agulhas Unidas”
Indivíduo	Desenvolvimento de competências em crochê; aumento da autoestima; autonomia
Microsistema	Criação de um grupo de apoio e convivência entre mulheres da aldeia, reforço dos laços sociais e combate ao isolamento

Organizações	Parcerias com a Junta de Freguesia, associações culturais locais e espaços comunitários
Localidade	Valorização do saber-fazer local e das tradições manuais, reforço do sentido de pertença
Microssistema	Alinhamento com os ODS da Agenda 2030; promoção da igualdade e combate ao isolamento em zonas rurais

Fonte: Elaboração própria

PARTE II: O crochê como estratégia de uma abordagem empreendedora

Este capítulo propõe-se contextualizar historicamente a prática do crochê, desde a sua origem, evolução, os seus benefícios e alguns exemplos de projetos já implementados a nível internacional.

Para além de uma técnica artesanal, o crochê constitui um elemento cultural e social que reflete práticas comunitárias, tradições femininas e dinâmicas de transmissão intergeracionais de saberes. Partindo, primeiramente, de uma abordagem histórico-cultural, vamos perceber a forma como o crochê passou de uma atividade associada ao universo doméstico e feminino para uma expressão artística e, mais recentemente, para uma ferramenta de intervenção social, com potencial de empoderamento, inclusão e desenvolvimento comunitário.

2.1 Crochê: Raízes culturais e relevância contemporânea

A história do crochê revela não apenas uma complexidade, mas também, toda uma riqueza cultural que envolve esta prática, convidando-nos a explorar a forma como as tradições manuais evoluem e se adaptam ao longo do tempo, refletindo as trocas culturais e as influências sociais.

A palavra “crocê” tal como a conhecemos hoje, em países como a Itália, Portugal e Espanha, poderá ter outros termos ou outras designações noutros países. Na Holanda por exemplo, esta prática é conhecida como “*haken*” e nos países nórdicos, como na Noruega, designa-se “*hekling*”, na Dinamarca como “*haekling*” e na Suécia como “*virkning*”.

A palavra deriva de *croc* ou *crochet*, que é um termo francês para gancho. Segundo uma especialista americana em crochê e viajante *Annie Potter*, a arte moderna do crochê desenvolveu-se no século XVI, tornando-se conhecida desde então, como “renda de crochê” em França e “renda corrente” na Inglaterra, sendo o crochê conhecido nos dias de hoje por ser uma variação de um tipo de “bordado ou renda” chamado “*tambour*”. De acordo com (Braun, 2013 p60), é considerada uma “*renda feita por uma rede fina, tipo tule, esticada num bastidor e preenchida formando desenhos, usando o ponto de cadeia e um gancho a puxar o fio através da trama*”.

Alguns estudos sugerem que provavelmente o crochê foi desenvolvido mais diretamente a partir de uma forma muito antiga de bordado, conhecida na China, na Turquia, na Índia e no Norte de África, tendo chegado à Europa no século XVIII,

designada como “*tambourin*”, proveniente da palavra francesa “*tambour*”, que significa tambor.

Nesta técnica, é utilizado um tecido no fundo esticado de uma estrutura, na qual o fio de trabalho é mantido por baixo do tecido e uma agulha com gancho é inserida para baixo, puxando um laço através do tecido. Com o laço ainda no gancho, logo de seguida, este é inserido um pouco mais à frente enquanto que o outro laço do fio de trabalho é puxado e passado pelo primeiro laço, formando uma ponte de corrente. Acredita-se que este trabalho seria muito delicado e por isso mesmo, seria usado um fio muito delicado, no qual os seus ganchos eram tão finos como agulhas de costura.

No final do século XVIII, o “*tambour*” foi evoluindo, de tal modo que os franceses lhe chamaram “crochê no ar”, o que fez com que o tecido do fundo fosse descartado e o ponto passasse a ser trabalhado de forma independente. O crochê começou então a aparecer um pouco por toda a Europa no início do século XIX, tendo recebido um grande impulso por parte de *Mlle. Riego de la Branchardière*, conhecida pela sua capacidade de transformar desenhos antigos de rendas de agulha e de bobina, em padrões de crochê que podem ser facilmente reproduzidos.

O crochê irlandês foi um dos meios de sustento para o povo irlandês, durante a terrível crise da batata que enfrentaram entre 1845 e 1850, tendo a mesma mergulhado a população numa pobreza extrema. Durante esse período, os trabalhadores irlandeses, tanto mulheres como homens e crianças, organizaram-se em cooperativas de crochê, por forma a que fossem criadas escolas para ensinar essa técnica, o que levou a que vários professores fossem enviados por toda a Irlanda, onde rapidamente esses trabalhadores começaram a criar novos padrões.

A história da imigração irlandesa para a América, com dois milhões de pessoas entre 1845 e 1859 e quatro milhões até 1900, revela bem, como o crochê não apenas ajudou a sustentar essas famílias, mas também influenciou a cultura artesanal americana (Marks, 1997). As mulheres americanas, ocupadas com o seu trabalho de fiação, tecelagem e tricô, acabaram por incorporar as habilidades de crochê trazidas pelas mulheres irlandesas nas suas próprias criações (Marks, 1997).

Este intercâmbio cultural, destaca a forma como a arte do crochê transcendeu fronteiras, unindo comunidades e perpetuando tradições que ainda nos dias de hoje são valorizadas.

Durante a época do renascimento, as classes mais abastadas passavam o tempo a fazer crochê, onde as mulheres se reuniam para fazer peças luxuosas que imitavam a renda “*tambour*”, para serem usadas na decoração e adornos de roupas (Braun, 2013). Já a população mais desfavorecida, que não tinha acesso a estas peças, fazia cópias dessas roupas luxuosas, a partir de técnicas do crochê, levando a que um símbolo de status

perdesse o seu valor. As peças feitas em crochê, começaram a ser consideradas como sendo uma cópia barata das elaboradas com a renda de luxo por quem as comprava, ao passo que, a Rainha Vitória de Inglaterra, ajudou a desfazer esse estigma, ao comprar rendas feitas de crochê e aprendendo ela mesma as técnicas do crochê (Braun, 2013).

Desta forma, é evidenciada esta interação entre a classe social e a expressão artística. O fato de o crochê ter emergido como uma alternativa acessível à renda de luxo, destaca a capacidade de resiliência e criatividade das comunidades menos privilegiadas, as quais acabaram por encontrar maneiras de embelezar as suas vidas e expressar a sua identidade cultural, através desta arte, mesmo em circunstâncias desafiadoras. Assim, o crochê não é apenas um meio de ornamentação, mas também, um testemunho vivo da luta pela dignidade e o desejo de se ter uma vida com condições.

2.1.1 Os Materiais

O crochê refere-se ao processo de criação de tecido, através do entrelaçamento de laços de fio. Para fazer crochê, é necessário ter um gancho e um fio ou linha que possa ser trabalhado. Ao contrário do tricô, que utiliza duas agulhas, o crochê utiliza apenas um gancho de cada vez. Na maioria das técnicas de crochê, normalmente apenas um ponto é mantido no gancho de cada vez (Ramachandiran et al, 2024). Os ganchos de crochê estão disponíveis em várias dimensões e podem ser feitos de diferentes materiais, sendo os mais comuns o plástico, o aço e o bambu. Embora existam muitos padrões disponíveis, os pontos de crochê têm nomes que variam conforme o país, sendo frequentemente classificados com termos britânicos (Reino Unido) ou americanos (EUA). Já os padrões de crochê podem ser partilhados através de diagramas. Entre os projetos mais comuns e populares estão as mantas, os cachecóis, luvas, chapéus e bolsas. Os primeiros padrões de crochê impressos conhecidos datam do início do século XIX.

Ao longo dos séculos, foram utilizados uma vasta gama de materiais, tais como: cabelos; ervas; cânhamo; seda; linha; pelagem de animais; linho; lã; linha de algodão branca; cordas entre outros. Nos dias de hoje, dispomos de uma seleção extremamente variada de fios de algodão, lã, seda e material sintético.

A escolha do fio também tem um impacto significativo na textura dos projetos de crochê, podendo variar desde fios mais finos até aos mais grossos. Em climas tropicais, como Mumbai na Índia, os fios preferidos são os de algodão ou acrílico devido à sua respirabilidade, enquanto em regiões mais temperadas, como Delhi também na Índia e nas regiões mais a norte, a lã é mais comum.

Também a cor do fio desempenha um papel fundamental da atratividade visual do produto final, sendo as técnicas de trabalho com cores outros dos aspectos fascinantes

do crochê, no qual permite que seja feito um jogo de cores, por forma a que as pessoas se expressem livremente (Govil, 2024).

Esta reflexão sobre a evolução das ferramentas de crochê, evidencia não apenas a criatividade e a adaptabilidade dos artesãos ao longo da história, mas também, a diversidade de materiais que têm sido explorados. A capacidade de utilizar o que está disponível, seja em tempos de prosperidade ou de adversidade, revela a resiliência e a engenhosidade das comunidades que praticam estas artes. O crochê, portanto, não é apenas uma forma de arte, mas um testemunho da história e da cultura de quem o pratica, refletindo as circunstâncias e os recursos de cada época. De notar também esta interessante seleção cuidadosa dos materiais, não apenas para fins estéticos das suas peças, mas também a sua adaptabilidade às condições climáticas e culturais das suas regiões.

2.1.2 As Técnicas

As diversas técnicas de trabalho com agulhas, como o crochê, o tricô, a tecelagem entre tantas outras, foram designadas ao longo da história por diversos nomes. Estes incluem termos como agulha em espiral; rede sem nós; laços cruzados; crochê tunisiano; tambour; renda de agulha; macramé; tricô de pastor entre outros (Marks, 1997). Já especificamente no crochê, existe uma variedade de pontos, incluindo o ponto baixo; ponto alto; ponto alto triplo; ponto meio alto; ponto concha, ponto bolha entre muitos outros, o que permite que várias técnicas vão desde os pontos mais básicos até aos padrões mais complexos (Govil, 2024).

Quanto às técnicas utilizadas nesta prática, é interessante comparar os métodos de croché do passado daqueles que são utilizadas atualmente.

Entre 1824 e 1833 está documentado na revista holandesa *Penelope*, que tanto o fio como o gancho deveriam ser segurados ambos na mão direita, com o fio a passar sobre o gancho a partir do dedo indicador direito. Já nos livros de crochê de 1840, o gancho é mantido na mão direita e o fio na mão esquerda, tal como as pessoas destras fazem nos dias de hoje.

Também uma publicação alemã datada em 1847, afirmava que se deveria sempre manter a mesma tensão, de maneira a conseguir uma textura atraente. Já as antigas instruções de padrões, datadas de meados do século XIX, indicavam que o gancho deveria apenas ser inserido na metade de trás do ponto, utilizando um ponto simples (Marks, 1997).

Estes exemplos acerca da evolução das técnicas de crochê ao longo do tempo, revelam não só a adaptação das práticas artesanais às necessidades e preferências de

cada época, mas também, a forma como a técnica do crochê se tornou mais acessível e intuitiva.

Após a Segunda Guerra Mundial, devido ao surgimento do movimento *baby boom*, o interesse pela técnica aumentou, estimulando os valores domésticos e as técnicas manuais feitas em casa, persistindo a imagem que o crochê era apenas para donas de casa. No entanto, o movimento *hippie* que se começou a viver nos anos 70, levou a que a nova geração começasse a popularizar os “*granny squares*”, com as famosas mantas de quadrados feitas em crochê (Braun, 2013).

Esta evolução, para além de enriquecer a prática do crochê, destaca também a importância da partilha do conhecimento e da experiência coletiva, no qual têm moldado esta arte ao longo dos anos.

O crochê, portanto, é um testemunho da capacidade humana de aprender, adaptar e reinventar, mantendo viva uma tradição que continua a inspirar novas gerações.

2.1.3 O Crochê moderno

Tanto o crochê como muitas outras artes e ofícios, começaram a perder a sua popularidade durante a segunda metade do século XX. No entanto, o início do século XXI testemunhou um aumento do número de pessoas nos EUA que se dedicam às artes de fibra, nelas estando incluído o crochê. Este ressurgimento foi acompanhado pela popularização de plataformas de redes sociais, que permitiram que as pessoas adquirissem este conhecimento e comesçassem a aprender técnicas e a conectarem-se com outras pessoas, partilhando a mesma paixão. Exemplos dessas plataformas incluem o *Youtube*, lançado em 2005 e o *RaveArly*.

Plataformas digitais como estas e o *Pinterest*, desempenham um papel crucial no desenvolvimento de habilidades e na inspiração criativa, permitindo que todas as pessoas interessadas sejam capazes de aprenderem métodos básicos e mais avançados.

Os itens mais populares que são diariamente produzidos incluem blusas, bolsas, cachecóis etc, refletindo uma fusão entre tradição e design contemporâneo, combinando técnicas tradicionais com inovação (Govil, 2024).

Desta forma, vemos que o aumento do acesso a tutoriais online permitiu que o crochê tenha um grande alcance, incentivando pessoas de todo o mundo a criarem as suas peças, oferecendo uma saída criativa e sustentável, além de um rendimento suplementar.

⁴ Serviço de rede social gratuito criado em 2007, destinado principalmente a quem faz crochê e tricô, permitindo que os membros partilhassem padrões e projetos finalizados, além de se conectarem uns com os outros, tanto a nível local como internacional. <https://www.ravelry.com/tour/getting-started>

O crochê conta também com um espaço importante na educação, no qual tem sido utilizado para melhorar as aprendizagens de estudantes de medicina, facilitando a compreensão de estruturas anatômicas e do desenvolvimento embrionário. Para além disso, as artes em fibra, incluindo o crochê, têm contribuído para o desenvolvimento de habilidades espaciais e para uma melhor compreensão matemática, entre alunos de diferentes faixas etárias (Ramachandiran et al, 2024). Esta utilização do crochê na educação, destaca a sua versatilidade como ferramenta pedagógica, mostrando que as técnicas manuais podem ir além da arte e contribuir significativamente para a aprendizagem de diversas disciplinas.

2.1.4 A Importância do Crochê e os seus efeitos terapêuticos

O artesanato, enquanto expressão cultural e atividade produtiva revela-se um elemento estratégico para o desenvolvimento local, ao integrar dimensões históricas, sociais, económicas, culturais e ambientais. Esta prática tradicional contribui significativamente para a obtenção de rendimentos, sobretudo em comunidades onde o acesso a outras formas de trabalho é limitado, ao mesmo tempo que preserva saberes ancestrais e fortalece identidades locais (Santos et al, 2010).

A prática do crochê tem vindo a demonstrar variados benefícios para a saúde, tais como: a redução do stress, o aumento da sensação de relaxamento e a realização de um propósito.

Quando feito em grupo, o crochê promove conexões sociais, apoio mútuo e o bem-estar emocional, representando uma forma de terapia (Ramachandiran et al, 2024). Trata-se de uma atividade que pode ser praticada mesmo em idades já avançadas, sendo também uma atividade social que ajuda a combater o isolamento social e a solidão, a qual tem vindo a afetar mais frequentemente a faixa etária das pessoas mais idosas. É uma habilidade que pode continuar a ser exercida, mesmo quando a força física diminui. Ao contrário da maioria das atividades, esta prática tem a vantagem de poder ser feita na comodidade de um sofá, trazendo uma sensação de tranquilidade.

Algumas pessoas optam por fazer crochê enquanto viajam de comboio, carro, metro ou autocarro, sendo ainda por vezes considerada uma prática como algo fora de moda, muitas vezes associada às mulheres mais velhas, sendo por isso necessário desconstruir estereótipos e demonstrar as evidências desta atividade para o bem-estar geral e que pode ser praticada por pessoas de todos os géneros e de todas as idades. O crochê é tanto um processo como um resultado. Como processo, pois envolve tarefas repetidas que vão exigindo habilidades físicas e cognitivas, o que significa que os praticantes estão inteiramente envolvidos no que estão a desenvolver. Já a orientação

para o resultado, refere-se à produção visível desta arte, a qual proporciona uma sensação de satisfação quando se termina uma peça, reforçando competências a um nível pessoal, (knittingforpeace.org.uk).

Para se perceber os efeitos que esta arte oferece, em março de 2018, foi desenvolvida e testada uma sondagem online, que investigou a relação do tricô e do crochê com o bem-estar. A sondagem final foi divulgada através das redes sociais durante um período de 6 semanas, a qual resultou em respostas válidas de 8391 participantes. A maioria dos participantes desta sondagem foi composta por mulheres (99,1%), com idades compreendidas entre os 41 e os 60 anos (49,5%) e residentes em 87 países diferentes. Muitos dos inquiridos relataram que faziam crochê entre 1 e 5 anos (42,6%).

As três razões mais frequentemente mencionadas para praticar crochê foram: **a)** Criatividade (82,1%), **b)** Relaxamento (78,5%) e **c)** Sensação de realização (75,2%). Os participantes também indicaram que a prática do crochê os fazia sentir-se mais calmos (89,5%), mais felizes (82%) e mais úteis (74,4%). Além disso, observou-se também uma melhoria significativa nos níveis de humor depois da prática do crochê, com uma média de 4,19.

Os dados deste estudo indicam que o crochê proporciona diversos benefícios positivos para o bem-estar pessoal, no qual muitos dos inquiridos afirmaram que esta prática os ajuda a gerir condições de saúde mental e eventos da vida como o luto, doenças crónicas e dor. Sendo o crochê uma atividade relativamente acessível, portátil e de fácil aprendizagem, esta pesquisa sugere que o crochê pode desempenhar um importante papel na promoção do bem-estar na população em geral (Burns & Van Der Merr, 2021).

2.2 - Alguns Exemplos de Projetos de Crochê

2.2.1 Projeto “Knit for Peace”, Reino Unido

O projeto “*Knit for Peace*” é uma iniciativa do “*Charities Advisory Trust*”⁵ que surgiu de projetos desenvolvidos no Ruanda e na Índia, onde as mulheres de comunidades tradicionalmente hostis (viúvas de guerra Hutu e Tutsi no Ruanda e mulheres muçulmanas e hindus nas favelas de Dali) se uniram para fazerem roupas para crianças que vivem na rua e para órfãos. As artesãs eram remuneradas e as roupas eram distribuídas através de ONGs locais. Os fundos provinham do “*Good Gifts Catalogue*”, outra das suas iniciativas.

⁵ *Charity Trading Advisory Group* foi fundado em 1979 por *Dame Hilary Blume*, com o objetivo de fornecer informações imparciais sobre as vertentes de comércio de geração de receitas para instituições de caridade. A sua missão é dedicar-se a encontrar métodos práticas para corrigir desigualdades e injustiças sociais, procurando maneiras de auxiliar instituições de caridade a prosperar. <https://www.charitiesadvisorytrust.org.uk/>

Também artesãs do Reino Unido manifestaram interesse em ajudar aqueles que mais precisam, ao passo que, assim que enunciaram que iriam distribuir o que fosse doado, começaram a receber muitas ofertas.

Têm como política a doação, no qual incentivam as pessoas a doar, seja em dinheiro seja do seu tempo, procurando formas de distribuírem as doações.

Atualmente distribuem regularmente para mais de 200 locais, incluindo hospitais, abrigos para mulheres, centros de cuidados paliativos, além de países em desenvolvimento, campos de refugiados e Síria. Para o devido efeito, enviam o crochê e o tricô para onde é necessário e também fazem a doação de lã e de agulhas, a fim de permitir que as pessoas de baixos rendimentos também possam tricotar.

Para reduzirem o seu impacto ambiental e os custos de envio, incentivam as pessoas a entregarem os seus trabalhos localmente, sempre que possível, tendo ao seu dispor uma lista de diversas instituições que aceitam este tipo de contribuições, organizada por localidade, que podem ir consultando.

Este projeto foi-se desenvolvendo de uma forma orgânica, no qual se estima que irá chegar a mais de 22.000 artesãs.

2.2.2 Projeto “Nós do Crochê”, Brasil

O projeto social “Nós do Crochê” é uma iniciativa notável que, desde 2019, tem trabalhado com mulheres da comunidade Rocinha, uma das maiores favelas do país, localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro.

Este projeto visa proporcionar um espaço de acolhimento e de transformação, não se resumindo apenas à aprendizagem desta arte, mas sim, tornar-se num verdadeiro catalisador para mudanças significativas na vida de muitas dessas mulheres.

O principal objetivo deste projeto é unir e empoderar mulheres dispostas a mudar as suas realidades. Neste espaço, a troca de saberes e experiências torna-se uma forma de aprendizagem mútua, onde cada participante não é apenas um aluno, mas também uma fonte de sabedoria para os outros participantes. Esta dinâmica torna-se fundamental, pois fortalece os vínculos e promove um senso comunitário. Ao oferecer aulas de crochê, atendimento psicológico e pediátrico, tudo de forma gratuita, o projeto cria um ambiente onde as mulheres se podem sentir valorizadas e respeitadas, proporcionando não apenas uma oportunidade de gerar rendimentos, mas também oferece um suporte essencial para muitas que são chefes de família e mães que procuram novas oportunidades.

Ao gerarem rendimentos através do trabalho nas suas casas ou no espaço comunitário, este projeto mostra ser um meio de afirmação e empoderamento, onde cada

uma tem algo valioso a oferecer, formando uma rede de solidariedade e apoio entre todas as mulheres envolvidas, sejam artesãs, voluntárias, professoras, compradoras e apoiantes.

A ideia de criar um projeto de capacitação foi criada como parte do Grupo A.M.A.R. (Associação de Mães Amigas da Rocinha) por *Daniela Vignoli* e a *Fabiana D' Angelo*, visando fornecer alimentos a famílias necessitadas desta comunidade. Apesar de ajudarem mais de 150 famílias mensalmente com doações de cabazes, sentiram a necessidade de promover uma forma destas mulheres se autossustentarem. Assim, resolveram iniciar aulas de crochê, coordenadas por Daniela, juntamente com as professoras *Heloisa Cyrillo* e *Sonia Baeninger*.

Cientes de que para ensinar um ofício era necessário o fornecimento de materiais e de uma orientação para as vendas, decidiram unir diferentes realidades do bairro e criar uma rede de apoio. Para isso, alugaram um espaço próprio, onde promoveram não apenas as aulas, mas também atividades sociais. A “Nós do Crochê” já atendeu mais de 70 alunas, com 3 turmas, com um total de 40 participantes, vendendo as suas peças por todo o mundo.

2.2.3 Projeto “Cielo Tejido”, México

Um grupo de mulheres mexicanas quebrou o recorde mundial do *Guinness* do maior trabalho de crochê em 2019, ao criar uma obra de arte com quase 3 mil metros de comprimento e mais de 800 quilos de peso e 3 metros de altura.

“*Cielo Tejido*”, em português “Céu Tecido” é um projeto artístico que atualmente embeleza as ruas de *Etzatlán*, no estado de Jalisco Guadalajara, no México, estendendo-se por 11 ruas. A sua criação foi liderada por uma mulher chamada *María Concepción Sordia*, também conhecida como *Paloma Ron* e a sua filha *Damiana Lorena Ron*. Duas centenas de mulheres participaram na elaboração deste “céu tecido”, cheio de coloridos hexágonos, o que levou a mais de 24 mil horas de trabalho. Este grupo dedicou-se intensamente durante 10 meses para concluir este incrível trabalho, o qual alcançou uma relevância a nível internacional, tendo chegado a integrar exposições no Dubai e Miami, e, até a ganhar um prémio internacional. Este projeto acabou por se tornar uma forma de rendimento para muitas mulheres da vila. O designer Benedito Santos convocou-as para desenharem a sua coleção de roupas com hexágonos de crochê por toda a sua coleção.

Hoje em dia, Lorena dedica-se a este projeto a tempo inteiro, ambicionando levar o projeto mais longe.

Tudo começou em 2016, quando decidiram criar algo para decorar a sua casa em modo de oferenda ao patrono da sua aldeia, que era o senhor da Misericórdia. Pretendiam criar um tecido para que as pessoas passassem por baixo.

Lorena quando perdeu o seu marido, encontrou nesta arte um refúgio, afirmando que foi uma terapia para si, no qual, sempre que terminava uma peça se sentia uma alegria e sensação de paz. Já a sua mãe de 93 anos afirma que a rejuvenesce.

Inicialmente esta iniciativa era apenas um passatempo de crochê, no qual, mãe e filha se sentavam a criar juntas como uma forma de passarem tempo juntas. Com o decorrer do tempo, esta iniciativa começou a atrair a atenção da comunidade, formando um grupo maior.

Quando planearam este projeto, foi necessário fazer testes prévios até chegarem aos hexágonos perfeitos que existem hoje, decidindo os tamanhos e as formas ideais todas juntas para que este tecido se mantivesse resistente e não se deformasse. Quanto aos materiais, utilizaram rafia plastificada por ser um material que não fica afetado com a exposição solar, chuva e vento e utilizaram uma agulha Nº7 de alumínio. Este projeto contou com artesãs provenientes de todas as cidades, onde a maioria tem entre os 50 e os 60 anos. Cada uma trabalhava em sua casa e às quintas-feiras juntavam-se em frente à Praça a fazer crochê (Ana, 2022).

“Queríamos unir a todo el grupo para tejer, esto iba a servir para tejer lazos en la comunidad y nos unieramos por algo tan lindo, empezamos todo para pasar el duelo de la muerte de mi papá y mi marido también, entonces nos distrajimos con eso, porque tejer es una actividad que te quita el estrés y te olvidas de tus penas” (Lorena).

"A gente queria unir todo o grupo para tricotar, isso ia servir para tecer laços na comunidade e a gente se uniria por uma coisa tão bonita, a gente começou tudo para lamentar a morte do meu pai e do meu marido também, então a gente se distraiu com isso, porque tricotar é uma atividade que tira o stress e faz esquecer as tristezas" (Lorena).

O projeto em questão demonstra ter um significado especial para as pessoas envolvidas, refletindo a devoção e a ligação espiritual com a sua cultura e história local. A conexão que estas mulheres formaram e a transformação de um simples hobby, numa iniciativa comunitária com impacto a um nível global, veio demonstrar o poder do crochê, não apenas como uma forma de expressão artística, mas também, como um meio de fortalecer a resiliência e o apoio social.

Parte III – Estrutura do Projeto

Como já evidenciado no capítulo I, um projeto de empreendedorismo social é uma iniciativa que combina objetivos sociais com a geração de valor económico, no qual o seu foco principal é resolver problemas sociais, ambientais ou comunitários, enquanto se sustenta financeiramente.

Como afirma Isabel Guerra (2000, p.126), “Um projeto é a expressão de um desejo, de uma vontade, de uma intenção, mas é também a expressão de uma necessidade, de uma situação a que se pretende responder”.

Para a mesma autora, a elaboração de um projeto eficaz requer um planeamento cuidadoso e estruturado, envolvendo a elaboração de um plano de ação, no qual visa descrever com detalhe o que se pretende fazer, quando, quem serão os responsáveis e os recursos necessários, sendo por isso necessário que respondam às seguintes questões: Porque é que isto deve ser feito; O que é que deve ser feito; Onde?; Quando ? e Como?

Para tal, as principais etapas de elaboração de um projeto envolvem:

- a)** Identificação dos problemas que o projeto pretende abordar, no qual envolve uma análise detalhada da situação atual, incluindo a realização de um diagnóstico social que ajude a compreender as necessidades da comunidade;
- b)** Definição dos objetivos, que vão servir como um guia para o progresso do projeto e que devem estar diretamente relacionados com as questões identificadas, ajudando a focar os esforços e a mobilizar recursos;
- c)** Definição de estratégias, que serão utilizadas para alcançar os objetivos a que nos propomos a atingir, estando baseada na análise dos recursos disponíveis e nas capacidades da equipa envolvida no projeto;
- d)** Programação das atividades que serão implementadas ao longo do projeto, juntamente com a distribuição de responsabilidades e a calendarização dessas mesmas atividades, o que vai permitir que o projeto avance conforme o planeado e por fim;
- e)** Preparação de um plano de acompanhamento e de avaliação do impacto causado, sendo esta etapa crucial para monitorizar o progresso do projeto e avaliar a sua eficácia.

Posto isto, neste capítulo que se segue, irá ser apresentado o corpo da proposta de projeto do “Agulhas Unidas”, começando pela definição do conceito de diagnóstico social e como ele se manifesta na prática no Concelho de Idanha, e em especial na aldeia de

Medelim sendo o campo de ação do projeto; passando pela apresentação da sua Proposta de valor, Missão, Visão e Valores; seguindo com as Bases de projeto; o alinhamento do projeto com os ODS; exemplos de atividades que se vão desenvolver e os respetivos recursos necessários á sua execução; as parcerias e a equipa responsável; a estratégia de comunicação e a viabilidade do projeto, com potenciais receitas e custos agregados; as ferramentas a usar para medir o seu impacto; o plano de negócio, onde se prevê quais as potenciais fontes de financiamento; as ideias futuras para a difusão do projeto bem como os pontos fracos e fortes do projeto, terminando assim com as suas conclusões.

3.1 Diagnóstico Social

Antes de começar por apresentar o diagnóstico social do Concelho de Idanha-a-Nova, importa primeiramente referir o que se entende por diagnóstico social e porque é que este é um instrumento tão utilizado e importante na implementação de um projeto de intervenção.

3.1.1 Conceito e sua importância no planeamento de projetos sociais

O termo “diagnóstico” provém do grego *diagnostikós*, formado pelo prefixo *diá*, que significa “através”, e *gnosis*, “conhecimento”. Trata-se, portanto, de um “conhecer através”, ou de um “conhecer por meio de”. Esta breve referência à estrutura verbal do termo serve-nos como uma primeira aproximação para precisar o conceito que aqui se pretende desenvolver (Idáñez e Ander-Egg, 2001).

Esta origem etimológica ajuda a compreender que o diagnóstico social não é apenas uma descrição estática da realidade, mas sim um processo dinâmico de interpretação, que permite ler a realidade social de forma crítica, aprofundada e contextualizada. Para além da sua raiz etimológica ligada ao “conhecer através”, o diagnóstico social constitui-se como um processo sistemático de observação, análise e interpretação da realidade social de uma comunidade. A sua importância reside no facto de permitir identificar, de forma fundamentada, as necessidades, os recursos e as potencialidades de um território, oferecendo uma base sólida para a elaboração de estratégias de intervenção social. Segundo Ander-Egg (2000), o diagnóstico social é um instrumento fundamental de planeamento, uma vez que possibilita compreender as dinâmicas sociais, económicas e culturais de uma comunidade, contribuindo para uma intervenção mais eficaz e adaptada ao seu contexto específico. Neste sentido, a relevância do diagnóstico social ultrapassa a mera recolha de dados, assumindo-se como um processo participativo e reflexivo, em que a comunidade é chamada a intervir na

definição dos seus próprios problemas e das soluções possíveis. Como refere Guerra (2002), trata-se de uma etapa essencial para que as intervenções não sejam impostas de fora para dentro, mas construídas em diálogo com os atores locais, por forma a garantir maior legitimidade e sustentabilidade das ações.

Neste sentido, o diagnóstico social deve ser entendido como um instrumento de mediação entre o conhecimento técnico-científico e o conhecimento popular, articulando perspetivas diversas para construir uma visão mais realista e inclusiva da realidade local (Pinto e Vieira, 2016). Por isso, quando elaborado de forma participativa, contribui não apenas para identificar os problemas sociais, mas também para fortalecer o capital social e promover processos de *empowerment* comunitário (referidos já anteriormente). Além disso, um diagnóstico não se limita a olhar para os défices e fragilidades de um território, deve igualmente valorizar os recursos endógenos, as competências locais e as práticas culturais já existentes, para que as intervenções sociais assentem em bases sustentáveis e respeitem a identidade das comunidades (Silva e Ferreira, 2019).

Deste modo, torna-se um instrumento essencial para pensar políticas públicas, delinear projetos de intervenção e fomentar práticas de inovação social.

Em síntese, o diagnóstico social, ao conjugar conhecimento científico, participação cidadã e valorização cultural, assume-se como uma etapa imprescindível para qualquer projeto de intervenção comunitária, permitindo transformar realidades sociais complexas em oportunidades de desenvolvimento integrado (Ander-Egg, 2000).

3.2 Análise do diagnóstico social do concelho de Idanha-a-Nova

O Diagnóstico Social recolhido do Concelho de Idanha-a-Nova, refere-se aos anos 2024-2028, o qual se constitui como um instrumento estratégico fundamental para o planeamento e intervenção social no território. Elaborado pelo Município de Idanha-a-Nova, no âmbito da Rede Social e com a colaboração do Conselho Local de Ação Social (CLAS), este documento assume-se como uma ferramenta de referência para compreender as problemáticas sociais existentes, identificar necessidades emergentes e valorizar as potencialidades locais.

A especificidade do concelho, localizado na Região Centro, na Beira Baixa, confere-lhe características particulares que influenciam profundamente as dinâmicas sociais, culturais e económicas. Trata-se de um território de forte identidade rural, marcado pelo envelhecimento populacional, pela dispersão geográfica e pela escassez de recursos, mas simultaneamente rico em diversidade cultural e em tradições que reforçam o sentimento de pertença e a coesão comunitária. No respetivo diagnóstico apresentado de seguida, é

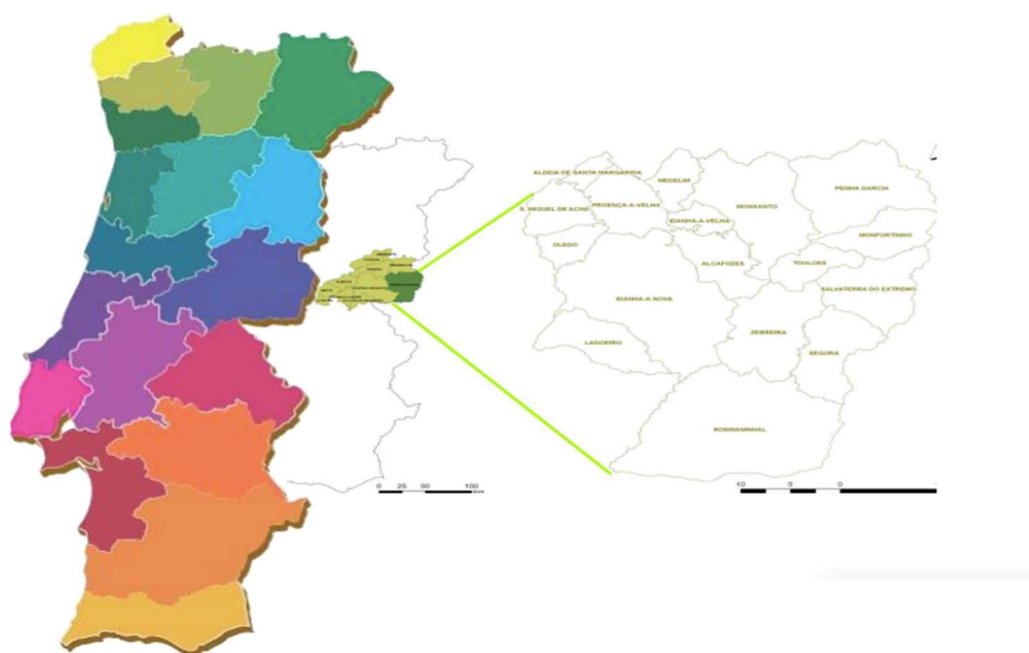
possível analisar que, para o devido efeito do desenvolvimento deste diagnóstico, resultou um processo metodológico participativo, integrando dados quantitativos e qualitativos, recolhidos junto de diferentes atores sociais, incluindo entidades parceiras do CLAS e de outros agentes com intervenção consolidada no território.

Esta abordagem colaborativa permitiu, não apenas uma caracterização aprofundada da realidade sociodemográfica, habitacional, económica, educativa e de saúde, mas também a recolha de perspetivas, propostas de soluções e estratégias de intervenção. Assim, o Diagnóstico Social de Idanha-a-Nova constitui-se como um guia orientador para a construção de políticas públicas e de iniciativas sociais que promovam a inclusão, o desenvolvimento sustentável e a coesão social, refletindo, igualmente, o compromisso das instituições e da comunidade em trabalhar de forma integrada e cooperativa, procurando responder de forma inovadora às transformações e exigências que se colocam ao território nos próximos anos.

3.2.1 Caracterização do Concelho de Idanha-a-Nova e da aldeia de Medelim

O Município de Idanha-a-Nova situa-se na Região Centro de Portugal, insere-se na NUT III Beira Baixa e pertence ao distrito de Castelo Branco, como é possível se observar na figura 1. Os seus limites territoriais confrontam a norte com o Município de Penamacor, a leste e sul com Espanha, a oeste com Castelo Branco e a noroeste com o Fundão. O Município de Idanha-a-Nova localiza-se a 286 km de Lisboa e a 320 km de Madrid, bem como próximo das cidades espanholas de Cáceres, Badajoz e Salamanca, constituindo um território fronteiro e uma porta de entrada em Portugal (Gente Raiana, 2020)

Figura 3: Perfil Social do Concelho de Idanha-a-Nova

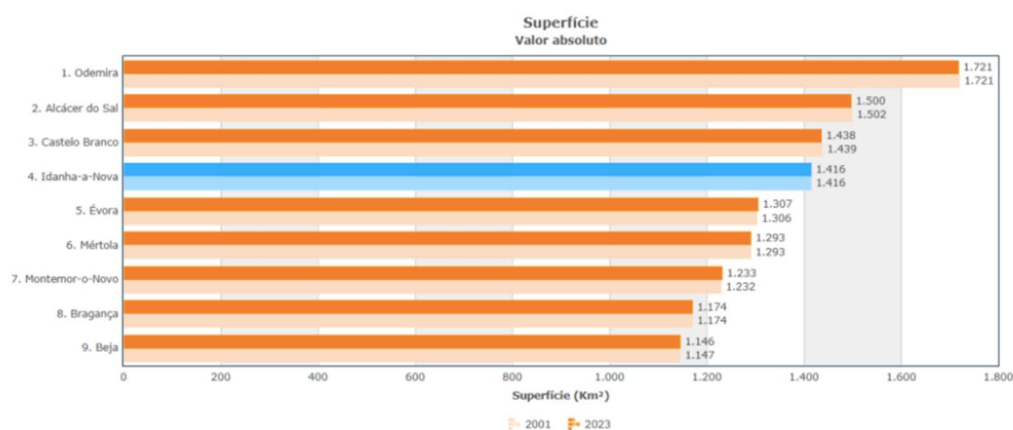


Fonte: Diagnóstico e Planeamento de Desenvolvimento Social 2014-25 de Idanha

De acordo com o diagnóstico social 2024-2028, este Concelho integra a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, sendo esta uma entidade intermunicipal de natureza associativa e de âmbito territorial com múltiplos fins e que visa os interesses comuns das comunidades dos municípios que a integram, regendo-se pela Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, sendo composta pelos Municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Rodão.

O concelho de Idanha-a-Nova é o segundo maior Concelho do distrito de Castelo Branco e o quarto mais extenso do país entre os 308 Concelhos existentes, com uma área de 1416 km², precedido por Odemira, Alcácer do Sal e Castelo Branco (Gráfico 1).

Gráfico 1: Municípios com maior área geográfica no país



Fonte: Pordata

O Concelho de Idanha-a-Nova compreende 13 freguesias, de entre as quais existem quatro Uniões de Freguesias. Este concelho apresenta uma grande disparidade de dimensões, pois apresenta umas freguesias de grande extensão, como o caso da União de Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes, com 284,78 km² e a freguesia do Rosmaninhal (266,59 km²) e outras de áreas muito reduzidas como o caso da Aldeia de Santa Margarida, com 13,62 km² e Oledo com 27,6 km² (Figura 2).

Por sua vez, Medelim, a aldeia onde o projeto pretende ser implementado, estando também situada no concelho de Idanha-a-Nova e assinalada no mapa, é uma aldeia rica em segredos que revelam uma história muito antiga, que remonta aos tempos romanos, conhecida como a “A Aldeia dos Balcões” devido às muitas casas que apresentam essas estruturas e essas características na sua disposição urbana.



Figura 4: Diagrama do concelho de Idanha-a-Nova.

A aldeia de Medelim faz parte da Rede de Judiarias de Portugal, a qual nos recorda a presença da comunidade judaica que habitou esta região até ao século XVI. A aldeia foi um valioso ponto templário, onde abriga uma Misericórdia com um significativo património religioso. Nesta terra, coexistem legados cristãos, judaicos e islâmicos, refletindo um espaço onde a fé e as culturas se entrelaçam ao longo da história, enriquecendo a identidade nacional.

3.2.2 Perfil Sociodemográfico do Concelho e de Medelim

Segundo os Censos de 2021, a população residente no Concelho de Idanha-A-Nova é de 8355 indivíduos, sendo 4357 do sexo feminino e 3998 do sexo masculino, verificando-se, desta forma, algum equilíbrio entre géneros, apesar de existirem mais mulheres (359) como é possível observar na tabela a baixo:

Tabela 6: População residente no Concelho de Idanha-a-Nova

Freguesias	População residente e variação da população								
	TOTAL			H			M		
	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação	2011	2021	Variação
Concelho de Idanha-a-Nova	9716	8355	-14,01%	4621	3998	-13,48%	5095	4357	-14,48%
Aldeia de Santa Margarida	292	201	-31,16%	144	105	-27,08%	148	96	-35,14%
Ladoeiro	1290	1053	-18,37%	622	500	-19,61%	668	553	-17,22%
Medelim	272	230	-15,44%	126	107	-15,08%	146	123	-15,75%
Oledo	355	284	-20%	162	138	-14,81%	193	146	-24,35%
Penha Garcia	748	551	-26,34%	361	268	-25,76%	387	283	-26,87%
Proença-a-Velha	224	190	-15,18%	104	91	-12,5%	120	99	-17,5%

Rosmaninhal	537	437	-18,62%	261	220	-15,71%	276	217	-21,38%
São Miguel de Acha	560	514	-8,21%	272	252	-7,35%	288	262	-9,03%
Toulões	237	226	-4,64%	113	105	-7,08%	124	121	-2,42%
União das freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes	2554	2388	-6,5%	1219	1133	-7,05%	1335	1255	-5,99%
União das freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo	706	508	-28,05%	330	235	-28,79%	376	273	-27,39%
União das freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha	892	766	-14,13%	399	359	-10,03%	493	407	-17,44%
União das freguesias de Zebreira e Segura	1049	1007	-4%	508	485	-4,53%	541	522	-3,51%

Tabela 1 - População residente no Concelho e variação da população residente | 2011-2021

Fonte: INE

Como conseguimos verificar, entre os anos de 2011 e 2021 houve uma variação de -14,01%, o que se traduz na perda efetiva de 1361 habitantes. Analisando o número de habitantes por freguesia, a União de Freguesias que apresenta maior área habitacional é a de Idanha-a-Nova e Alcafozes, com 2388 habitantes, seguida do Ladoeiro, com 1053 habitantes e a União de Freguesias da Zebreira e Segura com 1007 habitantes, no qual, nestas três freguesias se encontra concentrada cerca de 53% da população total do Concelho, somando entre as três 4448 habitantes.

Relativamente à freguesia de Medelim, é nos possível observar que entre o período de 2011 e 2021, esta freguesia registou uma redução populacional de 15,44%, passando de 272 habitantes em 2011 para 230 habitantes em 2021. Esta tendência acompanha a realidade geral do concelho de Idanha-a-Nova, que também apresentou uma diminuição significativa da população residente no mesmo período (-14,01%), no qual se traduz na perda efetiva de 1361 habitantes.

A análise por género revela que a quebra populacional afetou de forma relativamente equilibrada tanto homens como mulheres:

- A população masculina diminuiu de 126 para 107 residentes, o que representa uma variação negativa de 15,08%.
- A população feminina passou de 146 para 123 residentes, correspondendo a uma redução de 15,75%.

Estes dados evidenciam que o fenómeno do despovoamento atinge ambos os sexos de forma quase proporcional, refletindo sobretudo a migração de jovens em idade ativa e a baixa taxa de natalidade, sendo estes problemas estruturais comuns nas freguesias rurais do concelho.

Comparativamente com outras freguesias do concelho:

- Aldeia de Santa Margarida apresenta a maior quebra relativa, com uma perda de 31,16% da sua população, evidenciando uma realidade de forte êxodo e fragilidade demográfica.
- Penha Garcia (-26,34%) e Oledo (-20%) também registam perdas significativas, acima da média do concelho, revelando um padrão preocupante em várias freguesias.
- Ladoeiro (-18,37%) e Proença-a-Velha (-15,18%) apresentam quebras semelhantes às de Medelim, ainda que ligeiramente superiores.

Desta forma, Medelim encontra-se numa posição intermédia, não sendo das freguesias mais afetadas, como é o caso da Aldeia de Santa Margarida ou Penha Garcia, mas também não apresenta sinais de resiliência relevantes, dado que continua a perder habitantes a um ritmo significativo.

Relativamente á estrutura de género, a análise de género em Medelim mostra uma diminuição equilibrada entre homens (-15,08%) e mulheres (-15,75%). Este padrão aproxima-se ao do concelho no seu todo, onde a redução da população feminina (-14,48%) foi um pouco superior à masculina (-13,48%). Já em freguesias como a Aldeia de Santa Margarida e Penha Garcia, a quebra da população feminina é mais acentuada, refletindo, possivelmente, a maior saída de mulheres jovens em idade reprodutiva, o que contribui para a baixa natalidade e para o agravamento do envelhecimento demográfico.

Com a interpretação destes dados, é possível refletir que este decréscimo populacional visível na aldeia de Medelim traduz-se não apenas na saída de população em idade ativa em busca de melhores oportunidades nas áreas urbanas, mas também o envelhecimento demográfico, uma vez que a população idosa tende a permanecer no território. Esta realidade coloca assim desafios significativos para a sustentabilidade social e económica da freguesia, com impacto direto na vitalidade comunitária, na oferta de serviços e no aproveitamento dos recursos locais. Também através da análise comparativa com os outros concelhos vizinhos, os dados observados revelam que o despovoamento é uma tendência estrutural no concelho de Idanha-a-Nova, afetando todas as freguesias, embora com diferentes intensidades. Fatores como a escassez de oportunidades económicas, a migração dos jovens, a baixa natalidade e o envelhecimento populacional estão na base desta realidade.

Desta forma, no caso concreto de Medelim, a perda de 15,44% da população ao longo de uma década confirma a necessidade de estratégias de revitalização local, apostando em iniciativas que valorizem os recursos endógenos, reforcem a coesão social e atraiam novas dinâmicas comunitárias. Projetos como o “Agulhas Unidas” surgem, neste sentido,

como oportunidades de resiliência e inovação social, capazes de promover a inclusão, dinamizar a economia local e fortalecer o sentido de pertença da comunidade.

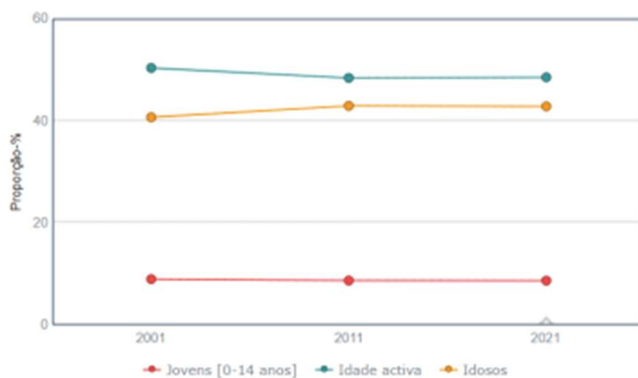
Tabela 7: População residente no Concelho por grupos etários / 2021

População residente por grupos etários						
2021						
H			M			
0-14	15-64	65 ou mais	0-14	15-64	65 ou mais	
387	2089	1 522	338	1964	2 055	
Total						
0-14		15-64			65 ou mais	
725		4053			3 577	

Tabela 2 - População residente no Concelho por grupos etários | 2021

Fonte: INE

Gráfico 2: Evolução da população residente no Concelho, por grandes grupos etários | 2001-2021



Fonte: Diagnóstico Social, Pordata

De acordo com os dados da tabela 2 e do gráfico 2, referente ao nível de distribuição da população residente no Concelho em 2021, por grupos etários, verifica-se que em ambos os sexos a faixa etária dos 0-14 anos é a que representa menor número de indivíduos residentes no Concelho, o que visa reforçar ainda mais a tendência do envelhecimento da população do Concelho. Já a faixa etária 15-64 anos, é a que apresenta

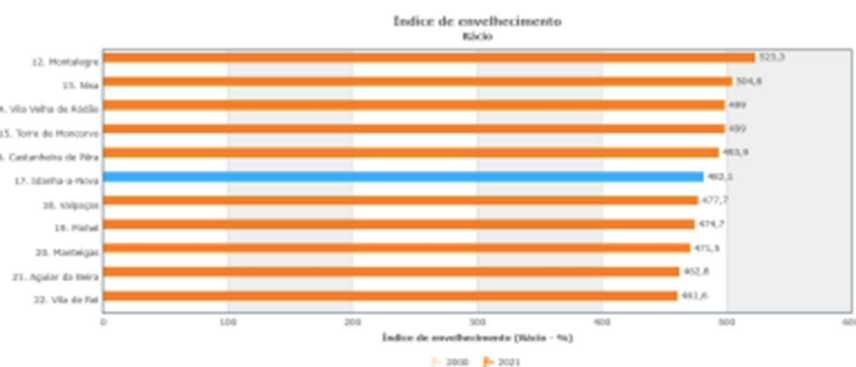
um maior número de residentes, sendo que a faixa etária com mais de 65 anos também apresenta um número acentuado de residentes.

3.2.2.1 Envelhecimento

Como é possível verificar no gráfico seguinte, em 2021, o concelho de Idanha-a-Nova ocupava o 17º lugar do ranking nacional em termos de índice de envelhecimento e o quarto lugar dos Concelhos que integram a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (Gráfico 4), precedido de Oleiros, Penamacor e Vila Velha de Rodão.

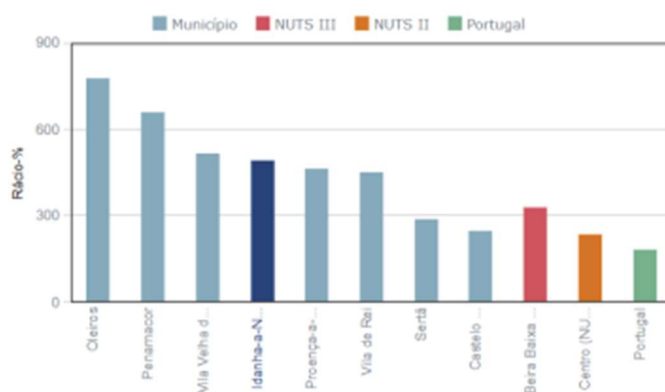
Esta trajetória observada no concelho, visa refletir um conjunto de fatores estruturantes que têm caracterizado as regiões do interior do país ao longo das últimas décadas, no qual, em termos populacionais, se tem vindo a caracterizar por uma forte desertificação e envelhecimento.

Gráfico 3: Índice de envelhecimento por município | 2021



Fonte: Diagnóstico social, retirado do Pordata

Gráfico 4: Índice de envelhecimento nos Concelhos da Beira Baixa



Fonte: Diagnóstico social, retirado do Pordata

Tabela 8: Índice de envelhecimento do Concelho de Idanha-a-Nova

Concelho de Idanha-a-Nova	Índice de envelhecimento	
	2011	2021
	415,6	482,1

Tabela 10 - índice de envelhecimento Concelho de Idanha-a-Nova

Fonte: Diagnóstico social, retirado do Pordata

Já o índice de envelhecimento do Concelho de Idanha-a-Nova (relação entre a população idosa e a população jovem), entre 2011 e 2021 teve um crescimento exponencial, registando nos últimos censos de 2021 um aumento de 482,1% (tabela 3), sendo muito superior à média nacional (+182,1%) e da Beira Baixa (+322,5%), de acordo com o gráfico 4. Com esta leitura, podemos evidenciar que, por cada 100 jovens existem 482 idosos, verificando-se um contínuo aumento da população idosa. Estes valores refletem desta forma, a realidade estrutural do envelhecimento nacional sobretudo no interior do país (Beira Baixa), onde o índice de envelhecimento supera a realidade nacional.

Estes elevados valores do índice de envelhecimento na região, refletem uma tendência para o despovoamento e para a pressão dos serviços de saúde e de apoio social, devido à alta proporção de idosos (482,1) por cada 100 jovens.

No ponto 5,3,2 no Diagnóstico, referente às potencialidade e oportunidades no território, destaca a diversidade cultural como riqueza, uma vez que o território se encontra com elevado número de população oriunda de outros países o que representa uma oportunidade estratégica para dinamizar a vida comunitária e contrariar o fenómeno do despovoamento, que continua a marcar fortemente a região como é evidenciado anteriormente nos gráficos. Esta diversidade cultural que resulta da chegada de novos residentes visa enriquecer o tecido social e possibilita intercâmbios culturais, promovendo uma comunidade mais aberta, plural e resiliente. Neste enquadramento, o projeto assume relevância, uma vez que a sua natureza participativa e inclusiva pode beneficiar diretamente esta diversidade cultural, reforçando desta forma a coesão social, estimulação de partilhas de experiências e contribuição para a revitalização comunitária.

3.2.2.2 Intervenção comunitária

O ponto 6,3 do Diagnóstico, destinado a Projetos/Apoios Sociais e Intervenção comunitária, faz referência ao Gabinete de Ação Social e Saúde do Município de Idanha-a-Nova, no qual tem por objetivo estudar e diagnosticar os problemas sociais do Concelho, identificar as causas, propor e desenvolver programas de ação no sentido de garantir a execução das políticas municipais em diversos domínios de intervenção,

direitos sociais e cidadania e de gestão de recursos sociais e da saúde. Este gabinete visa ainda contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão, na defesa da igualdade de oportunidades, da inclusão social, pela construção conjunta do diagnóstico e na definição estratégica de políticas sociais locais. Também no ponto 6.4 do diagnóstico, o qual se refere ao Diagnóstico Participado| Proteção Social, Equipamentos Sociais, Projetos/Apoios Sociais e Intervenção Comunitária, é abordado que, apesar de serem desenvolvidos vários projetos e iniciativas no concelho, a sustentabilidade financeira e operacional de muitas destas representa um desafio pois muitas destas dependem de contínuos financiamentos externos, o que acarreta ser um risco em termos de continuidade e impacto a longo prazo. Também é referido que um dos grandes desafios passa pelo envolvimento comunitário, pois é difícil manter um envolvimento ativo e contínuo das comunidades, especialmente em áreas com populações envelhecidas ou dispersas, onde a mobilização e a participação em atividades comunitárias são mais complicadas. Também é abordado que o elevado número de idosos e pensionistas pode ser visto como uma oportunidade para o desenvolvimento de iniciativas de envelhecimento ativo, que promovam a saúde e a participação social dos idosos, ao mesmo tempo que reduzem a pressão sobre os sistemas de apoio social.

Desta forma, o Diagnóstico Social de Idanha-a-Nova evidencia a importância que este gabinete tem como estrutura central na identificação de problemas, formulação de respostas e definição de políticas sociais locais, com o objetivo de promover a inclusão, igualdade de oportunidades e erradicação da pobreza. Contudo, são evidenciado dois desafios críticos: a dependência de financiamentos externos, que compromete a sustentabilidade de muitos projetos e a dificuldade em mobilizar e manter o envolvimento comunitário, particularmente neste território marcado pelo envelhecimento populacional.

Em síntese, neste contexto, o projeto que vai ser enunciado de seguida, apresenta-se como uma proposta de combate a estes problemas identificados, apresentando um baixo custo de implementação e uma forte ligação à identidade cultural da comunidade, que simultaneamente promove a participação comunitária e ao mesmo tempo contribui diretamente para o desenvolvimento de iniciativas de envelhecimento ativo, ao valorizar o papel da população idosa como protagonistas na transmissão de saberes de crochê, alinhando-se com os problemas identificados no referido diagnóstico.

3.3 Diagnóstico de Campo

Esta aldeia como muitas outras, enfrenta o desafio do despovoamento e do envelhecimento da população, que resulta na diminuição das interações sociais entre os

seus habitantes. Em locais onde a juventude emigra em busca de melhores oportunidades, aqueles que permanecem muitas vezes ficam isolados, dificultando a formação de laços comunitários. Em Medelim, as tradições e os modos de vida, têm vindo a ser afetados pela falta de uma rede social forte. Os mais velhos, que têm um papel fundamental na preservação da cultura local e na transmissão de saberes, encontram-se frequentemente sozinhos, sem o apoio da comunidade que é tão essencial em momentos de necessidade. Este isolamento social, não apenas prejudica a saúde mental e o bem-estar dos indivíduos, mas também, compromete a continuidade das tradições e dos costumes que definem a identidade da aldeia.

Atualmente, em Medelim já existe um grupo de 13 mulheres que se reúne semanalmente para praticar esta arte, partilhando técnicas, histórias e experiências. Este grupo é uma prova viva de como o artesanato pode servir como ferramenta de convivência, apoio mútuo e valorização cultural. Contudo, apesar do entusiasmo e da dedicação destas mulheres, o potencial desta prática não está a ser plenamente aproveitado em termos de impacto social e económico.

Como poderemos constatar em anexo no final desta dissertação, das suas mãos já saíram elaboradas peças de crochet, com temáticas muito variadas, mas todas elas importantes peças simbólicas de um artesanato e de uma cultura popular muito rica e muito enraizada no espírito de todos quantos vivem e trabalham nesta região raiana. Assim, para melhor elucidar o produto e a qualidade do seu trabalho criativo, é possível verificar em anexo alguns dos exemplares que são bem demonstrativos dessa performance criativa e dessa riqueza cultural que a todos aproveita e de que tanto se orgulham.

Durante o diagnóstico realizado, verificou-se que a Junta de Freguesia de Medelim, atual promotora do grupo, enfrenta inúmeras dificuldades em levar as atividades das participantes para outro patamar. Identificaram-se desafios relacionados com a falta de recursos estruturados, a escassez de apoios financeiros e a ausência de uma estratégia para ampliar a visibilidade e o impacto do grupo. Desta forma, este projeto surge como resposta a estas dificuldades, propondo-se a valorizar e a expandir este grupo.

Com o apoio do projeto “Agulhas Unidas”, a Junta de Freguesia de Medelim terá as ferramentas necessárias para superar as barreiras identificadas, dando ao grupo o impulso necessário para crescer e prosperar. Assim, o projeto transforma o crochê numa oportunidade de impacto social duradouro, reforçando a identidade comunitária e promovendo a valorização das mulheres de Medelim.

3.4 Proposta de Valor, Missão, Visão e os Valores

3.4.1 A Proposta de Valor

O projeto “Aglhas Unidas”, surge com o objetivo e o propósito de transformar a prática do crochê em Medelim, numa oportunidade de valorização cultural, inclusão social e sustentabilidade económica.

Com uma proposta de valor centrada na promoção da autonomia das mulheres, através da criação de peças artesanais de qualidade, o projeto visa destacar a riqueza cultural da aldeia aliando tradição e inovação.

3.4.2 A Missão

A missão deste projeto consiste em capacitar o já existente grupo de mulheres em Medelim, proporcionando-lhes ferramentas para desenvolverem as suas competências em crochê e empreendedorismo, enquanto promovem a transmissão de saberes intergeracionais e a criação de uma fonte de rendimento sustentável. Ao mesmo tempo, o projeto pretende combater o isolamento social, oferecendo um espaço de convivência e partilha, que fortalece os laços comunitários.

3.4.3 A Visão

A visão deste projeto está orientada para tornar Medelim como uma referência nacional e internacional no artesanato em crochê, reconhecida pela qualidade e autenticidade dos seus produtos. Este reconhecimento não só preservará a herança cultural da região, mas também, promoverá o empoderamento das mulheres e a coesão social na aldeia, mostrando que o artesanato tradicional pode ser uma resposta inovadora para os desafios do desenvolvimento sustentável.

3.4.4 Os Valores

O Empoderamento: visa promover a autonomia e o desenvolvimento pessoal da comunidade.

A Tradição: Permite valorizar e preservar as técnicas do artesanato local.

A Qualidade: Sustenta o compromisso com a excelência na produção dos produtos em crochê.

A Sustentabilidade: Consubstancia as práticas que respeitem o meio ambiente e a comunidade.

A Inclusão: Engloba o acolhimento e a valorização de todas as mulheres e homens, independentemente da sua idade e do seu nível de habilidade.

A Solidariedade: Configura o apoio mútuo e a colaboração dentro da comunidade.

3.5 As Bases do Projeto

As bases do projeto são os pilares que sustentam todas as suas ações e os objetivos desta iniciativa, sendo os fundamentos que vão orientar o desenvolvimento, a implementação e o impacto deste projeto.

3.5.1 Os Objetivos

Os objetivos do projeto “Agulhas Unidas”, encontram-se estruturados em três níveis de temporalidade: curto, médio e longo prazo, refletindo a evolução esperada das ações e dos seus impactos.

Objetivos de curto prazo (0 a 6 meses)

Os objetivos de curto prazo pretendem consolidar o grupo e lançar as bases do projeto.

1. Fortalecer o grupo existente:

- Consolidar o grupo de mulheres em Medelim, garantindo o alinhamento com os objetivos do projeto
- Identificar as necessidades e expectativas das participantes

2. Capacitação inicial:

- Realizar workshops para aprimorar as competências em crochê e introduzir novas técnicas
- Identificar as necessidades e expectativas das participantes

3. Planeamento e Organização:

- Criar uma identidade visual para o projeto (logótipo e materiais de promoção).
- Iniciar a produção de uma coleção piloto de produtos artesanais.

4. Divulgação Local:

- Promover o projeto na comunidade de Medelim e no concelho de Idanha-a-Nova
- Participar em pelo menos um evento local para apresentar o grupo e os produtos

Objetivos de médio prazo (6 meses a 2 anos)

Os objetivos de médio prazo focam-se na criação de uma marca forte, em expandir a comercialização e reforçar a sustentabilidade.

1. Criação de uma Marca Comunitária:

- Estabelecer uma marca reconhecida para os produtos artesanais, destacando a ligação com Medelim.
- Desenvolver embalagens atrativas e etiquetas que reforcem a autenticidade dos produtos.

2. Expansão da Comercialização:

- Lançar uma loja online em plataformas como a “*Etsy*” e promover nas redes sociais através da criação de um perfil do projeto.
- Participar regularmente em feiras e mercados locais.

3. Sustentabilidade financeira:

- Estabelecer mecanismos para reinvestir parte dos rendimentos em materiais e atividades formativas.
- Criar um plano de gestão financeira para garantir que parte dos lucros são entregues às artesãs e a outra parte para a continuidade do projeto.

4. Envolvimento Comunitário:

- Envolver mais pessoas da comunidade, incluindo jovens e homens interessados, nas atividades do projeto.
- Organizar eventos que celebrem a tradição do crochê e a herança cultural de Medelim.

Objetivos de Longo prazo (2 a 5 anos ou mais)

Os objetivos de longo prazo pretendem tornar o projeto como uma referência cultural e económica, com impacto duradouro na comunidade e no mercado.

1. Reconhecimento Nacional e Internacional:

- Tornar Medelim uma referência de artesanato em crochê, reconhecida pela qualidade e autenticidade dos seus produtos.
- Estabelecer parcerias com redes de turismo sustentável e comércio justo.

2. Sustentabilidade e Crescimento:

- Garantir que o projeto seja autossustentável e capaz de expandir as suas atividades.
- Incorporar inovações, como o uso de materiais ecológicos e técnicas híbridas de artesanato.

3. Impacto Social Duradouro:

- Reduzir significativamente direta e indiretamente o isolamento social dos envolvidos.
- Garantir que o projeto continue a proporcionar um rendimento justo e uma rede de apoio para os participantes.

4. Educação e Transmissão Cultural:

- Desenvolver uma “Escola de crochê” que ensine e atraia novas gerações para aprender e perpetuar a arte do crochê.
- Criar um programa para levar o crochê às diversas escolas do concelho, de maneira a proporcionar aos mais novos o contacto com esta arte.

3.5.2 Os Pilares

Todo este projeto assentará nos seguintes pilares, a saber: o pilar social, cultural, económico, educacional, terapêutico, sustentável e comunitário.



Figura 5: Pilares do projeto “Agulhas Unidas”.

3.5.2.1 O Pilar Social

- Combate o isolamento social: Este projeto pretende criar oportunidades de interação, de uma forma regular, pelo menos 1x por semana, ao unir habitantes de Medelim e de outras aldeias limítrofes que queiram fazer parte, especialmente os seus habitantes mais velhos que muitas vezes sofrem de solidão.
- Interação geracional: Promover um espaço onde os mais velhos ensinam as técnicas de crochê às gerações mais novas, fortalecendo o sentido de comunidade.
- Inclusão de gênero: Envolver tanto mulheres como homens, desafiando estereótipos e incentivando a participação de todos.

3.5.2.2 O Pilar Cultural

- Preservação de tradições: Valorizar e manter viva a arte do crochê, renda e tricô que são símbolos de identidade cultural e herança local.
- Transmissão de conhecimentos: Facilitar a partilha de saberes tradicionais, assegurando que as técnicas e as histórias locais sejam transmitidas de geração em geração.
- Valorização local: Reforçar e inovar o crochê enquanto referência cultural.

3.5.2.3 O Pilar Económico

- Empoderamento local: Oferece aos habitantes uma oportunidade de gerar rendimentos, especialmente para as mulheres e idosos.
- Sustentabilidade financeira: Criar um modelo que permita que parte dos lucros sejam reinvestidos no projeto, por forma a garantir a sua continuidade e expansão.
- Comercialização estratégica: Criar uma marca comunitária forte que permita a venda dos produtos a turistas e em plataformas digitais, maximizando a visibilidade e os rendimentos.

3.5.2.4 O Pilar Educacional

- Capacitação: Realização de formações em croché, design de produtos e marketing, permitindo aos participantes desenvolverem competências práticas.
- Partilha de conhecimentos: Aproveitar a sabedoria das mulheres mais experientes para ensinarem as técnicas do croché, enquanto que formadores convidados partilham outras competências na área do empreendedorismo.
- Workshops complementares: Introduzir temas como o marketing digital e a sustentabilidade para ajudar os participantes na comercialização dos seus produtos e na sua autonomia.

3.5.2.5 O Pilar Terapêutico

- Bem-estar: Tanto o croché como as manualidades em geral, à luz das psicoterapias dinâmicas, têm benefícios terapêuticos, tais como, a redução de stress, aumento da autoestima, confiança, coordenação neuromuscular, criatividade, memória e melhoria da saúde mental em geral.
- Desenvolvimento pessoal: Oferece um espaço onde os participantes se podem sentir produtivos, criativos e valorizados.

3.5.2.6 O Pilar da Sustentabilidade

- Uso de materiais sustentáveis: Incentivar o uso de linhas ecológicas e/ou recicladas.

- Turismo sustentável: Envolver os produtos no contexto do turismo local.

3.5.2.7 O Pilar Comunitário

- Participação ativa: Envolver toda a comunidade interessada no desenvolvimento e gestão do projeto, garantindo que este reflita as necessidades e os interesses locais.
- Intercâmbio cultural: Por ser um concelho muito procurado por estrangeiros, existindo um número relativamente grande de pessoas oriundas de outros países a viver na região, tal facto, permite juntar pessoas de várias nacionalidades, contribuindo dessa forma para a sua integração.
- Parcerias locais: Colaborar tanto com a Junta de Freguesia e Câmara Municipal, como também com as juntas de freguesias de outras aldeias do concelho, juntando artesãs e troca de saberes entre aldeias, abrindo a possibilidade de formar outras turmas noutras aldeias.
- Eventos locais: Organizar exposições, feiras e workshops abertos ao público.

3.6 O Alinhamento do Projeto com os ODS

O projeto “Aglhas Unidas” está alinhado com a Agenda 2030 das Nações Unidas, contribuindo diretamente para os vários ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).



Figura 6: Objetivos ODS.

No contexto desta iniciativa, os ODS servem como uma estrutura orientadora para assegurar que as ações desenvolvidas não apenas beneficiam diretamente os participantes, como também contribuem para objetivos globais mais amplos.

A tabela seguinte apresenta os principais ODS que este projeto aborda, explicando de uma forma detalhada como cada um é integrado nas suas atividades e qual o seu impacto:

ODS	Descrição	Contribuição do Projeto
	Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.	Criação de rendimentos através da produção e venda de produtos artesanais, melhorando a condição económica dos beneficiários.
	Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas.	Empoderamento económico e social das mulheres de Medelim, valorizando o seu trabalho e fortalecendo a sua autonomia.
	Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.	Criação de oportunidades de trabalho digno e promoção do empreendedorismo local, respeitando práticas justas e sustentáveis.
	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.	Inclusão económica e social de mulheres numa região rural, promovendo a igualdade de oportunidades.
	Tornar as cidades e as comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.	Revitalização da vida comunitária em Medelim, preservando as tradições e fomentando a coesão social através do artesanato.


	<p>Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.</p>	<p>Utilização de materiais ecológicos e promoção de práticas responsáveis no processo da produção artesanal.</p>
---	--	--

Tabela 9: Os principais ODS que o projeto visa alcançar.

A integração do projeto com estes ODS, reforça o seu potencial para gerar um impacto positivo, tanto na aldeia de Medelim quanto no cumprimento desta agenda. Este alinhamento demonstra que iniciativas locais podem contribuir significativamente para objetivos globais como a redução da pobreza, o empoderamento de mulheres e a promoção de práticas sustentáveis. Ao abordar múltiplos ODS, esta iniciativa atua como um modelo de inovação social que combina preservação cultural, inclusão social e sustentabilidade económica.

3.7 As Atividades a desenvolver e os Recursos necessários

3.7.1 A Calendarização das Atividades-chave

Para o desenvolvimento do projeto, entendemos que é necessário executar, mensalmente e durante um ano, uma série de atividades-chave que são imprescindíveis para a obtenção dos resultados pretendidos, nomeadamente:

Mês	Atividade	Objetivo
1º Mês	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de um diagnóstico comunitário. - Reunião com parceiros locais. 	<p>Identificar as necessidades, os interesses e os recursos; Firmar colaborações e possíveis parcerias;</p>
2º Mês	<ul style="list-style-type: none"> - Estruturação do plano de formação. - Compra dos materiais. 	<p>Preparação do conteúdo dos workshops e garantir os materiais e formadores convidados;</p>
3º Mês	<ul style="list-style-type: none"> - Lançamento oficial do projeto na comunidade. - Realização dos primeiros workshops. 	<p>Divulgar o projeto e iniciar a formação em crochê;</p>
4º Mês	<ul style="list-style-type: none"> - Sessões regulares de formação e prática. - Identificação de 	<p>Estabelecer uma rotina de encontros e valorizar o papel das mulheres mais experientes;</p>

	artesãs para ensinar as técnicas.	
5º Mês	- Desenvolvimento de protótipos de produtos. - Sessão de design colaborativo.	Criar peças piloto e fazer ajustamentos com base nas opiniões da comunidade;
6º Mês	- Formações de empreendedorismo e marketing. - Finalização da identidade visual da marca.	Preparar os beneficiários para comercializar as peças e lançar a marca comunitária;
7º Mês	- Início da produção em grupo. - Criação de uma pequena coleção para venda experimental.	Aumentar a produção e testar o mercado local;
8º Mês	- Criação de um perfil nas redes sociais e loja online. - Participação no mercado.	Divulgar o projeto e testar a aceitação dos produtos nas plataformas digitais e nos diversos eventos;
9º Mês	- Ajustes na produção. - Expansão dos produtos.	Melhorar os produtos e diversificar a oferta;
10º Mês	- Organização de um evento local com exposição dos trabalhos.	Envolver a comunidade e atrair visitantes para conhecerem o projeto;
11º Mês	- Revisão dos processos de produção e vendas. - Planeamento da sustentabilidade financeira.	Avaliar os resultados já alcançados e planear a continuidade do desenvolvimento do projeto;
12º Mês	- Apresentação dos resultados à comunidade e aos parceiros. - Planeamento para o próximo ano.	Mostrar o impacto do projeto, celebrar conquistas e definir os próximos passos;

Tabela 10: A calendarização mensal das Atividades-chave.

O projeto “Agulhas Unidas” será desenvolvido ao longo de 12 meses, organizado em fases que visam garantir um progresso estruturado e orientado para alcançar os objetivos que se propõe alcançar.

Nos primeiros dois meses, será realizado um diagnóstico comunitário de identificação das necessidades e interesses das artesãs de Medelim, bem como, quais os recursos disponíveis. Durante esse período, serão também estabelecidas parcerias locais com várias entidades, mormente com a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e a Junta

de Freguesia de Medelim. Paralelamente, será estruturado o plano de formação e serão adquiridos os materiais necessários para iniciar os workshops.

No terceiro mês, o projeto será oficialmente lançado na comunidade, através de uma sessão de apresentação. Esse momento marca o início das formações práticas, onde os participantes terão os primeiros contactos com as técnicas básicas de croché.

Nos meses seguintes, entre o quarto e o quinto mês, serão realizadas sessões semanais de formação e de prática, com o envolvimento das mulheres mais experientes da aldeia que atuarão como formadoras. Também durante esse período, serão desenvolvidos os primeiros protótipos de produtos e organizadas as primeiras sessões de design colaborativo, permitindo que os participantes criem peças alinhadas com as tendências do mercado.

No sexto mês, o foco irá incidir sobre a capacitação em empreendedorismo e marketing, onde os participantes aprenderão a calcular preços, gerir pequenos negócios e utilizar ferramentas de marketing digital para promover os seus produtos. Aqui, por ser uma população maioritariamente idosa e com poucos ou nenhuns conhecimentos destas temáticas, numa fase inicial todo este processo será exclusivo da equipa da direção do projeto com total transparência do que vai sendo feito e dando espaço para que as pessoas, se assim o entenderem, poderem também aprender por elas acerca de como se tornarem mais independentes neste mundo digital e empreendedor. Será também criada uma identidade visual da marca comunitária, incluindo o logótipo e os materiais promocionais.

Do sétimo ao nono mês, começará uma produção em maior escala, onde os participantes irão ser organizados em grupos para criar uma coleção de peças que será comercializada de forma experimental. O projeto ampliará a sua presença através de um perfil nas redes sociais, abertura de uma loja online e a participação nas feiras mensais que já vão acontecendo aos fins de semana em várias aldeias, onde estas já trazem um enorme espírito comunitário das gentes do interior por serem locais de encontro onde vários artistas, artesãos e produtores vendem os seus produtos num ambiente familiar e acolhedor. Desta forma, a presença do projeto nestes mercados irá permitir que, para além dos turistas, os próprios habitantes das várias aldeias vizinhas possam conhecer de perto o projeto e vir a aliciar mais participantes e pessoas interessadas em colaborar, tanto como beneficiárias, ou mesmo como formadoras. Também será importante para adquirir *feedback*, o qual nesta fase será fulcral para ajustar os processos de produção e expandir o catálogo dos produtos manufacturados, por forma a garantir que as peças correspondam às expectativas dos consumidores.

No décimo mês, será organizado um evento local com uma exposição dos trabalhos desenvolvidos no centro histórico da aldeia. Desta forma, esta exposição visa

permitir o envolvimento da comunidade e atrair visitantes para conhecerem o projeto e os seus produtos.

Nos meses finais, entre o décimo primeiro e o décimo segundo, será feita uma revisão dos processos de produção e vendas, além de um planeamento para garantir a sustentabilidade financeira do projeto e uma avaliação do impacto causado até à data, tanto através do número de vendas, como também através de entrevistas realizadas aos beneficiários e aos formadores por forma a perceber se o trabalho está a ir de encontro às expectativas e perceber as melhorias a adotar.

Em suma, este ciclo culminará com uma apresentação desses mesmos resultados à comunidade e aos parceiros, celebrando as conquistas alcançadas e definindo os próximos passos para o futuro deste projeto.

3.7.2 A Estrutura de um encontro semanal

1. **Boas vindas e convívio inicial** (10 minutos)

Receção dos participantes e momento de descontração.

2. **Sessão prática de Croché** (1h30-2h)

Introdução à atividade: O facilitador ou a artesã explica a técnica e os modelos de criação;

Haverá algum apoio prático, no qual os participantes trabalham nas suas peças, com suporte do facilitador e dos colegas, levando as artesãs mais experientes a ajudar os mais novos a experimentarem, por exemplo, novos pontos, promovendo a partilha de conhecimentos.

3. **Planeamento e discussão** (25 minutos)

O grupo avalia os produtos criados, dá *feedback* sobre melhorias e novos modelos e define metas para o próximo encontro.

4. **Encerramento** (10 minutos)

Arrumos, partilhas finais e dinâmica de grupo.

Estes encontros semanais serão dinâmicos e adaptados às necessidades do grupo, por forma a garantir motivação e envolvimento contínuos. Estes momentos serão ajustados ao nível da habilidade dos participantes e às metas do projeto, alternando entre sessões de aprendizagem, de produção e também de convívio.

Para enriquecer a experiência, haverá diversidade nas atividades práticas, como encontros temáticos focados em peças sazonais (exemplo: decorações natalícias) como já vem sendo uma prática recorrente no concelho, tendo como grande exemplo a aldeia

de Medelim, que todos os anos veste a aldeia de cor, com um lindo presépio enfeitado ao lado da junta de freguesia e uma árvore de natal, também ela feita toda em crochê, na rotunda principal da aldeia (ver anexo), demonstrando um enorme orgulho e cooperação comunitária em representar as tradições e costumes. Haverá também sessões de inovação para explorar novos designs de peças e materiais, como também, produções colaborativas, no qual o grupo irá trabalhar em conjunto em projetos maiores, como em mantas para os lares, decorações em ruas em festividades entre outros. Além disso, será promovida uma integração intergeracional, com os mais novos a apoiar os mais velhos em tarefas complementares, criando desta forma um ambiente de aprendizagem e cooperação.

Assim sendo, esta abordagem flexível e variada visa garantir que os encontros sejam produtivos e enriquecedores e ao mesmo tempo alinhados com os objetivos sociais e culturais do projeto.

3.7.3 Os Recursos necessários e os recursos disponíveis

Os recursos necessários para o projeto “Aglhas Unidas” cobrem desde os materiais essenciais para as atividades até aos apoios financeiros e logísticos, no qual visa assegurar o bom funcionamento e o impacto do projeto em Medelim, estando organizados em diferentes categorias:

3.7.3.1 Os Recursos Humanos

- a) Coordenador do projeto: Responsável pela gestão geral, calendarização das atividades e articulação com os parceiros;
- b) Formadores: Artesãs locais experientes em crochet para conduzirem as formações e apoiar os participantes, podendo ser também alguns especialistas convidados;
- c) Designers e Consultores: Apoio na criação de novos produtos e nos workshops nas várias temáticas como design, empreendedorismo e marketing digital;
- d) Voluntários: Pessoas interessadas em ajudar nas atividades práticas, na organização de eventos e divulgação do projeto

3.7.3.2 Os Materiais e os Equipamentos

a) Materiais de crochet:

- Linhas de diferentes espessuras e cores;
- Agulhas de crochet de variados tamanhos;
- Tesouras, moldes, marcadores de pontos e outros acessórios

b) Materiais de suporte:

- Tecidos e bases para criar produtos combinados;
- Embalagens para os produtos finalizados, como sacos de papel e etiquetas entre outros;

c) Equipamento básico:

- Mesas e cadeiras para os encontros (já estando disponíveis no local onde estes encontros vão ter lugar);
- Manequins;
- Quadro para demonstrações;
- Caixas de arrumos para os materiais

3.7.3.3 Os Espaços

a) Espaço comunitário

Local onde irão ter lugar os encontros semanais (Junta de Freguesia de Medelim).

b) Local para exposição e venda

De momento, para além dos mercados que vão acontecendo ao longo do mês nas aldeias vizinhas, também em Medelim acontece um mercado mensal, no segundo sábado de cada mês, onde o projeto conta ter presença assídua e, num futuro, com a evolução do projeto, encontrar um local na aldeia onde seja possível ter uma loja física permanente, por forma a apresentar as peças criadas a todos os que visitem a aldeia.

3.7.3.4 Os Recursos Tecnológicos

a) Equipamento de Divulgação

- Computador para gerir as redes sociais e as plataformas de venda on-line, bem como, um telemóvel;
- Câmara fotográfica de qualidade superior para fotografar os produtos e documentar as atividades.

Nota: estes equipamentos serão fornecidos num primeiro momento, pela equipa coordenadora, até que o projeto seja capaz de financiar por si esses equipamentos, ficando os mesmos para o uso exclusivo das atividades do projeto.

b) Plataformas digitais

- Perfil nas redes sociais (*Facebook e Instagram*);
- Criação de uma loja on-line.

3.7.3.5 Os Apoios Financeiros

- a) Fundos para materiais: Necessários para a compra inicial de linhas, agulhas e acessórios;
- b) Remuneração de instrutores: Especialistas externos e designers convidados;
- c) Apoios logísticos: Cobrir despesas com eventos, transporte e materiais promocionais;
- d) Fontes de financiamento: Subsídios de entidades públicas, como a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e a Junta de Freguesia de Medelim;
- e) Apoios de empresas de Lãs;
- f) Campanhas de angariação de fundos (Ex: *crowdfunding*).

3.8 As Parcerias

Para que o projeto se consiga desenvolver e crescer, é fundamental estabelecer parcerias estratégicas que possam amplificar o impacto desta iniciativa e garantir a sua sustentabilidade.

Primeiramente iremos contar com o apoio da incubadora social “Social IN” de Castelo Branco para a construção e desenvolvimento do projeto.

A Incubadora “Social IN” de Castelo Branco é uma iniciativa criada para promover a inovação e o empreendedorismo social, que surgiu a partir da aprovação de uma candidatura ao Programa de Parcerias para o Impacto, promovido pela Portugal Inovação Social em 2020. O principal objetivo desta incubadora é apoiar projetos que visam combater o isolamento e a pobreza entre a população idosa, além de contribuir para a criação de novos postos de trabalho, ajudando a fixar a população jovem na região (Social IN).

Optamos por esta parceria pois um dos grandes exemplos de organizações que trabalham num modo colaborativo dentro do universo do empreendedorismo e da inovação social, são as chamadas Incubadoras Sociais, sendo consideradas como espaços de uma grande relevância na disseminação de boas práticas para solucionar problemas.

Tal facto levou a que a nível nacional fosse criada uma rede de incubadoras de inovação social⁶, sendo uma estrutura pioneira que visa promover, valorizar e potenciar o trabalho que as incubadoras de inovação social vão fazendo nos territórios e nas comunidades onde atuam.

É através dessas redes de colaboração, que se torna eficaz a partilha de conhecimentos, experiências, recursos e de necessidades, de maneira a que, de uma forma colaborativa, se consiga responder às necessidades visíveis que necessitam de intervenção, sendo que estas redes fornecem um enorme potencial para gerar impacto social muito além do possível, se fosse apenas realizado por um indivíduo de forma independente (Schirmer & Cameron, 2012).

Outro parceiro relevante é a Junta de Freguesia de Medelim, que já apoia um grupo em funcionamento ao ceder um espaço adequado para a realização de encontros e workshops e que faz a ponte com parceiros para o fornecimento de material como lãs e outros acessórios, como o caso da loja em Castelo Branco “Retrosaria 3 Globos”, que fornece descontos na aquisição de material e da loja “Rosália”, em Idanha-a-Nova, que tem fornecido também material para a criação do presépio e da árvore mencionados anteriormente.

A Câmara Municipal de Idanha-a-Nova também desempenha um papel crucial, proporcionando apoio institucional que legitima e promove o projeto, através da disponibilização de recursos e da articulação com outras organizações locais. Desse

⁶ A Rede de incubadoras de Inovação Social (RIIS), foi formalmente criada no dia 12 de Abril de 2023, no qual contou com o apoio institucional do Ministério da Coesão Territorial, tendo como objetivo principal a promoção do trabalho colaborativo dentro da área do Empreendedorismo e da Inovação Social por todo o país, através de ações de capacitação, trabalho em rede e do reconhecimento das incubadoras de Inovação Social em Portugal. Atualmente, representa cerca de 23 IS que foram fundadas ou apoiadas através da Portugal Inovação Social, de norte a sul do país, com diferentes áreas de atuação. <https://riis.pt/a-rede/>

modo, a Câmara Municipal propõe-se ajudar a aumentar a visibilidade das nossas iniciativas e das nossas atividades, facilitando o acesso a um público mais amplo e mais diversificado, contribuindo assim, para o fortalecimento da inclusão social na região. Dentro da Câmara Municipal, destaca-se o CMCD ⁷(Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento) de Idanha-a-Nova, sendo uma Associação de Desenvolvimento Local, sem fins lucrativos, fundada em 1992 para dar resposta às necessidades da população e do território concelhio de Idanha, no qua tem parcerias fortes e coesas em diferentes vertentes de intervenção, o que poderá ser uma mais valia para o projeto.

Por fim, a Escola *Clonlara* ⁸– Idanha que foi um projeto lançado em 2021, desenvolvido através da Associação *Clonlara* Portugal. Trata-se de uma escola internacional, bilingue, que tem por base os “Michigan *Academic Standards*” (Estado do Michigan, EUA), cuja admissão engloba alunos do 1º ao 12º de escolaridade (*Clonlara School*).

A colaboração com esta escola, por já incluir o crochê como atividade extracurricular, pode ser vantajosa para o projeto, pois abre portas para que mais indivíduos, especialmente estrangeiros que vivem na região, se possam juntar a nós. Este intercâmbio cultural não aumenta apenas o número de participantes, como visa também enriquecer a experiência coletiva e a criação de laços mais fortes entre a comunidade estrangeira e os habitantes locais.

3.9 A Definição da Equipa

O projeto “Agulhas Unidas” conta com uma equipa diversa e comprometida, pensada para responder às necessidades da comunidade de Medelim e para alcançar os objetivos já traçados de impacto social, económico e cultural. Cada membro da equipa desempenhará um papel essencial, promovendo a colaboração e a sustentabilidade do projeto.

1. A Coordenação do projeto

⁷ O CMCD, enquanto agente de desenvolvimento local, atua no território em 3 eixos de intervenção prioritários: Formação, Intervenção Social, Empreendedorismo. Ao longo dos anos tem procurado diferentes soluções de financiamento para dar resposta às necessidades dos agentes locais, tendo sido promotor de três CLDS – Contratos locais de desenvolvimento social; Parceiro do primeiro projeto piloto de Mediadores Culturais Municipais e do programa de Mediadores Interculturais; Promotor de dois projetos de inovação social com financiamento do Portugal Inovação Social.

⁸ Nesta escola já se encontra em funcionamento um curso de crochê, no qual participei durante dois meses, juntamente com uma família australiana. A professora, de origem holandesa, guiou-nos na aprendizagem das técnicas básicas e na confeção de algumas peças. Este ambiente inclusivo e multicultural foi uma experiência enriquecedora, permitindo não apenas o desenvolvimento das nossas habilidades manuais, mas também o contacto com diferentes culturas.

A coordenação deste projeto será partilhada entre mim, responsável pela gestão global do projeto, e a presidente da Junta de Freguesia de Medelim, Filipa, que já esteve envolvida na criação do grupo de artesãs e tem acompanhado a sua evolução desde o seu início.

Enquanto coordenadora, assegurarei o planeamento e a execução das atividades, bem como, a articulação entre os diferentes intervenientes e parceiros. A Filipa por sua vez, atenta a sua já longa experiência e ligação direta à comunidade de Medelim, desempenhará um papel importante na mobilização de recursos locais e no apoio às participantes. Esta parceria garante uma continuidade ao trabalho que já vinha sendo desenvolvido.

2. As Artesãs de Medelim

O grupo inicial de 13 artesãs de Medelim é o coração do projeto. Estas mulheres, com a sua experiência e dedicação ao crochê, desempenharão um papel fundamental em duas dimensões:

- Como beneficiárias, ao participarem nas ações de formação e nos workshops, fortalecendo e aperfeiçoando as suas competências, não só no crochê como nas áreas do design e da comercialização.
- Como formadoras, pois irão partilhar os seus conhecimentos, com as novas colaboradoras que desejem integrar o projeto, garantindo a transmissão das suas técnicas artesanais e a valorização da herança cultural da aldeia.

3. Os Formadores para Workshops especializados

Para complementar as competências do grupo, o projeto contará com formadores externos para workshops em áreas estratégicas, tais como, Design e Inovação; Marketing e Vendas e Empreendedorismo, para os quais será dada a prioridade a profissionais do Concelho de Idanha-a-Nova, por forma a promover a integração comunitária e a valorização dos talentos locais, fortalecendo por essa via, as redes económicas e sociais da região.

3.10 A Estratégia de Comunicação

A estratégia de comunicação do projeto “Aglhas Unidas” será essencial para garantir a visibilidade, o envolvimento da comunidade e o sucesso das iniciativas propostas.

Em primeiro lugar, a comunicação será centrada na sensibilização acerca dos benefícios do crochê e na promoção da inclusão social, destacando a importância de resgatar uma tradição cultural que contribui para o bem-estar emocional das pessoas e que traz oportunidades económicas. Para alcançar o público-alvo e mobilizar participantes, utilizaremos uma abordagem multifacetada, começando pela criação de materiais informativos, como cartazes e folhetos, que serão depois distribuídos em pontos estratégicos da aldeia. Esses materiais apresentarão o projeto, os seus objetivos e também os detalhes sobre as oficinas de crochê. Além da comunicação impressa, as redes sociais serão uma ferramenta crucial para promover o projeto. Faremos presença em plataformas como o *Facebook* e o *Instagram*, onde partilharemos conteúdos que envolvam a comunidade, como tutoriais de crochê, fotografias das oficinas em andamento, como também a criação e um *site* onde estarão expostas, tanto as peças criadas, como também, histórias inspiradoras das participantes, de molde a fomentar a aproximação das pessoas e a sua identificação com o projeto.

Outra estratégia importante, passará pela realização de um evento de lançamento e diversos encontros comunitários. A promoção de um evento de lançamento ou inauguração, permitir-nos-á não apenas apresentar oficialmente o projeto, mas também, proporcionar uma experiência inicial com o crochê, por forma a atrair interessados em aprender esta arte. Também poderão ser organizados eventos, nomeadamente, workshops, que incluirão demonstrações ao vivo, onde as artesãs mostrarão as suas habilidades, tanto as que participam no projeto como outros artesãos que queiram ensinar a sua arte, contribuindo desse modo, para uma diversidade cultural de experiências de aprendizagem comunitária.

Por fim, a estratégia de comunicação incluirá um sistema de recolha de opiniões contínuo, onde a opinião de todos os participantes será tida em conta e será fulcral para a boa continuidade do projeto, sendo que, pretendendo ser um espaço onde todos se sintam à vontade para expressar as suas opiniões e darem as suas ideias, sugestões e contribuições, atendendo às suas necessidades e interesses. Para isso, irá ser criada uma abordagem através de questionários e reuniões de acompanhamento, por forma a garantir que o projeto se mantém alinhado com as necessidades da comunidade.

Desta forma, a estratégia de comunicação desta iniciativa será diversificada e interativa, aproveitando tanto os meios tradicionais como os digitais para envolver a comunidade, celebrar esta arte e promover um ambiente inclusivo e colaborativo.

3.11 A Viabilidade do Projeto: Custos e Receitas

Por forma a garantir a sua viabilidade económica e financeira, o projeto delineou as potenciais receitas e os custos associados. No quadro abaixo, apresentamos uma visão geral das possíveis receitas e custos que podem surgir ao longo da implementação do projeto.

Os Custos

a) Os Materiais

Item	Quantidade Estimada	Preço Unitário (€)	Custo Total (€)
Novelos	30 (cores variadas)	10,00€ (por pack de novelos)	300,00€
Agulhas	20 unidades (diferentes tamanhos)	5,00€ (conjuntos de 2 agulhas)	100,00€
Outros materiais	Tesouras, marcadores, moldes, tecidos..	Preço estimado com base na quantidade necessária	200,00€
Total materiais			600,00€

Nota: Os valores apresentados são uma mera estimativa.

Tabela 11: Estimativa dos materiais utilizados no projeto.

b) Os Formadores (Workshops)

Item	Horas Estimadas	Preço por Hora (€)	Custo Total (€)
Workshop de Design	3 horas	20,00€/hora	60,00€
Workshop de Marketing	3 horas	20,00€/hora	60,00€
Workshop de Empreendedorismo	4 horas	20,00€/hora	80,00€
Deslocação dos formadores	-	Valor estimado para transporte e alimentação	100,00€
Total dos formadores	-	-	500,00€

Nota: Preferência por formadores locais para reduzir custos.

Tabela 12: Estimativa dos custos com os formadores necessários para a implementação do projeto.

c) O Marketing

Item	Quantidade Estimada	Preço Unitário (€)	Custo Total (€)
Materiais promocionais (flyers, cartazes, etiquetas..)	100 unidades	1,50€/unidade	150,00€
Criação de um site	1 site	250,00€ (preço médio para site simples)	250,00€
Total Marketing	-	-	400,00€

Tabela 13: Estimativa dos custos relacionados com o marketing do projeto.

As Receitas

a) Venda de produtos

Produto	Quantidade prevista	Preço unitário (€)	Receita Estimada (€)
Peças maiores (mantas, toalhas...)	30 unidades	50,00€	1.500,00€
Peças menores (porta-chaves, bolsas, individuais..)	100 unidades	10,00€	1.000,00€
Roupa (camisolas, tops, calções...)	50 unidades	25,00€	1.250,00€
Total de Vendas	-	-	3.750,00€

Tabela 14: Estimativa da obtenção de receitas relacionadas com a venda de produtos.

b) Workshops pagos

Sessão	Número de participantes	Preço por pessoa (€)	Receita Estimada (€)
Workshop de iniciação ao crochê (2 horas)	20 pessoas	25,00€	500,00€
Workshop de técnicas avançadas (2 horas)	10 pessoas	30,00€	300,00€
Total workshops	-	-	800,00€

Tabela 15: Estimativa da obtenção de receitas relacionadas com a realização de workshops.

Total de Receitas, Despesas e Saldo Final

Categoria	Valor (€)
Total de Custos	- 1.500,00€
Total de Receitas	+ 4.550,00€
Saldo Previsto	+ 3.050,00€

Tabela 16: Estimativa do apuramento final das receitas e das despesas relacionadas com o projeto.

3.12 Os indicadores de Medição do Impacto Social

De acordo com a OCDE, o conceito de “medição de impacto social” é relativamente recente, surgindo a partir de abordagens já existentes, como sejam, a gestão de desempenho, a avaliação e a contabilidade. Apesar do crescente interesse dos decisores políticos a nível global, ainda não existe um consenso internacional sobre uma definição ou norma comum para este termo. Com frequência, sinónimos como avaliação de impacto social, medição de valor social, ou gestão de impacto são utilizados de forma intercambiável, refletindo uma diversidade de interpretações possíveis.

Segundo a OCDE, “impacto” refere-se aos efeitos transformadores e significativos, sejam eles esperados, assumidos ou alcançados, os quais resultam de uma intervenção. No contexto de mercado, o impacto pode abranger mudanças observadas ao longo de toda a cadeia de resultados, incluindo *outputs* imediatos, resultados intermédios e impactos de longo prazo. Importa existir uma distinção entre os resultados

que foram verificados e aqueles que são apenas esperados. Já o termo de “medição de impacto”, sugere uma predominância de abordagens quantitativas, em contraste com metodologias qualitativas, sendo a medição entendida como um processo de descrever e expressar as propriedades dos objetos analisados, como as mudanças nos diferentes indivíduos ou grupos, enquanto que na avaliação se examinam os objetivos que se pretendem alcançar (OCDE, 2024).

A avaliação do impacto social é um processo essencial para compreender as mudanças que um projeto, programa ou negócio social, geram numa comunidade, população ou território, sendo a mesma fundamental para garantir que as ações desenvolvidas têm resultados efetivos e mensuráveis, o que permite não só a verificação do cumprimento dos objetivos propostos, mas também, compreender a profundidade e a extensão das transformações geradas de diferentes naturezas – económicas, sociais, culturais ou ambientais.

Este processo é especialmente relevante em projetos de empreendedorismo social, pois ajuda a validar o impacto das intervenções em questões negligenciadas pela sociedade. Além disso, a medição de impacto contribui para o aperfeiçoamento contínuo das iniciativas, ao identificar boas práticas e áreas que necessitam de melhorias. Assim sendo, a avaliação de impacto não é apenas uma ferramenta de gestão interna, mas também um mecanismo de transparência e de mobilização de recursos (Brandão et al, 2014). Ao demonstrar resultados concretos, as organizações ganham maior credibilidade junto dos *stakeholders*, parceiros e financiadores, fortalecendo a sustentabilidade das suas ações e o compromisso com a transformação social (Brandão et al, 2014).

Para o projeto “Agulhas Unidas”, esta medição é essencial para compreender as mudanças transformadoras que o projeto gera na comunidade, bem como, para garantir que as suas intervenções serão eficazes, sustentáveis e alinhadas com os objetivos estabelecidos.

Para analisar o impacto que o projeto possa vir a ter, propomos que o mesmo deva ser analisado e avaliado à luz da Teoria da Mudança (Barki, E. et al, 2023), nomeadamente, a partir dos efeitos transformadores observados nos diferentes níveis que a mesma incorpora. A referida teoria é, pois, um importante instrumento de trabalho, amplamente utilizado pelo setor social desde os anos 90 do século passado, como forma de descrever como é que uma determinada organização ou intervenção social, pretende alcançar os resultados de longo prazo que se propôs obter, aquando da elaboração do respetivo projeto. Nessa perspetiva, poderemos considerar que a Teoria da Mudança, é uma importante ferramenta de planeamento para aferir os resultados obtidos nos setores do empreendedorismo social.

Com efeito, para que os resultados alcançados sejam mensuráveis, há que formular e responder às seguintes questões:

- Qual o nível de ambição dos objetivos do projeto?
- Qual o grau de consistência entre o impacto que se pretende alcançar e as atividades planeadas?
- Em que medida o público-alvo e o tempo de execução são adequados para alcançar o impacto pretendido?
- Quais as ações que devem ser priorizadas tendo em conta o impacto que se pretende alcançar?
- Como definir e medir os indicadores de resultado e do impacto que se pretendem alcançar?

Esse exercício visará aperfeiçoar o projeto, tendo por base uma sincera reflexão crítica, suportada no processo de construção da Teoria da Mudança, cujo referencial nos permitirá atingir os objetivos pretendidos. Essa reflexão permitir-nos-á identificar claramente as três dimensões principais do projeto, a saber: quais os impactos para a sociedade e os beneficiários do projeto, quais os resultados alcançáveis no curto e no longo prazo e por fim, quais as principais atividades para alcançar o impacto pretendido.

Para melhor compreender as diferenças entre este tipo de planeamento virado para a obtenção de resultados no setor social e o planeamento tradicional, sempre se poderá dizer que o planeamento tradicional é estruturado numa lógica de objetivos/atividades/resultados e o planeamento associado à Teoria da Mudança obedece a uma estrutura inversa, do tipo impacto/resultados/atividades, sendo, portanto, mais consentânea com a obtenção de resultados de cariz social.

Apesar desta teoria poder assumir diferentes formatos e metodologias, o mais importante é que a organização entenda as suas próprias estratégias de impacto social e possa definir como pretende atuar para criar a transformação socioambiental desejada.

Para tanto, deve a mesma permitir uma visualização sintética de um entendimento claro sobre a atuação e o propósito da organização, servir de base para a definição de indicadores para monitorizar a gestão do seu impacto socioambiental, permitindo desse modo proceder à revisão e à melhoria do desenho dos programas socioambientais.

Em síntese, poderemos considerar que a Teoria da Mudança é uma ferramenta adequada para assegurar o planeamento e a preparação para a avaliação do impacto, dando uma maior segurança aos proponentes dessa avaliação, no que concerne à identificação dos melhores indicadores e das melhores metodologias a por em prática.

Teoria da Mudança:

Atividades (O que é realizado com os recursos)	- Workshops
Outputs imediatos (O que é originado pelas atividades)	- Número de participantes capacitados em técnicas de crochê e empreendedorismo.
Outcomes (Mudanças geradas pelas atividades)	- Fortalecimento da coesão social. - Melhoria das condições económicas das artesãs. - Aumento da visibilidade dos produtos locais.
Impacto de longo prazo	- Preservação das tradições culturais. - Redução do isolamento social. - Criação de uma identidade comunitária forte.

Tabela 17: As atividades formativas e o seu impacto de longo prazo.

De salientar que a análise do impacto deve incluir uma relação causal clara, de maneira a se perceber até que ponto as mudanças observadas resultam diretamente das intervenções do projeto.

Já em termos de medição, é possível combinar metodologias qualitativas e quantitativas.

Qualitativas	- Número de peças produzidas e vendidas. - Eventos organizados. - Número de aldeias envolvidas na expansão do projeto.
Quantitativas	- Relatos das participantes sobre as mudanças nas suas vidas. - Satisfação dos clientes da qualidade dos Produtos. - Perceções da comunidade sobre o papel do projeto.

Tabela 18: Metodologias qualitativas e quantitativas.

Estes dados tornam-se cruciais para monitorizar o progresso do projeto, identificar melhorias e reforçar a transparência junto dos *stakeholders* (destinatários,

financiadores, equipa..). Também será importante para ajustar as estratégias, garantindo que as intervenções continuam a responder às necessidades da comunidade de Medelim e que o projeto tenha um impacto positivo e duradouro, atraindo novos financiamentos e estabelecer-se como um modelo de inovação social na região.

3.13 O Financiamento do Projeto: Plano de Negócios

3.13.1 Os Apoios Públicos

Uma das fontes mais importantes de financiamento poderá advir dos apoios públicos disponíveis em Portugal, especialmente no âmbito de iniciativas de inovação social, como as promovidas pelo programa Portugal Inovação Social. Este programa é direcionado para projetos que buscam desenvolver soluções inovadoras para problemas sociais, incluindo a promoção da inclusão e a valorização do património cultural, sendo que, este projeto se encontra alinhado com os objetivos desse programa. Desta forma, com esta candidatura espera-se conseguir um suporte financeiro significativo, permitindo expandir as atividades do projeto e alcançar um público mais amplo.

3.13.2 Os Patrocínios e as Parcerias

Outra estratégia eficaz para o financiamento do projeto, inclui patrocínios e parcerias com empresas. Por exemplo, a colaboração com grandes empresas de fornecimento de materiais, como a “Rosários”, uma empresa portuguesa que atua na venda de produtos de artesanato, pode trazer não apenas apoio financeiro, mas também a doação de materiais e recursos necessários para os workshops de crochê e outras atividades. Esta parceria pode incluir a promoção conjunta do projeto, aumentando a visibilidade e o alcance do mesmo, assim como, o projeto promover essa empresa, funcionando numa estratégia *Win-Win* para ambos.

3.13.3 As Campanhas de Angariação de Fundos

Além das parcerias mais oficiais, o projeto pode beneficiar de campanhas de angariação de fundos, através de plataformas online e eventos comunitários. O uso de plataformas de crowdfunding pode mobilizar a comunidade local, amigos, familiares e simpatizantes da causa, permitindo que os mesmos contribuam financeiramente para a continuidade do projeto.

Paralelamente, a realização de eventos comunitários, como feiras de artesanato e jantares temáticos, podem servir tanto para arrecadar fundos como para promover o projeto e fomentar a interação social.

3.13.4 Os Workshops pagos

Uma estratégia adicional e sustentável de financiamento é a oferta de workshops pagos. O projeto pretende implementar formação de crochê e outras técnicas artesanais, onde os participantes pagam uma taxa para participar. Este modelo não só gera receita que pode ser reinvestida nas atividades do projeto, mas também, proporciona uma oportunidade para as pessoas aprenderem novas habilidades e valorizarem ainda mais as tradições têxteis. Ao oferecer diversos workshops em horários variados, pode-se atrair diferentes públicos, aumentando a participação e, conseqüentemente, o financiamento.

3.13.5 A Venda dos Produtos

Por fim, uma abordagem sustentável para o financiamento pode ser a venda dos produtos criados nas oficinas de crochê e outras técnicas artesanais. Os participantes, ao confeccionarem as suas peças, não só estarão a praticar e a perpetuar as tradições locais, mas também a abrir uma nova fonte de receita para o projeto. A venda de produtos, tanto no site, como em feiras e mercados locais, garantem que os resultados do trabalho criativo se traduzem em apoio financeiro para as atividades futuras.

3.14 A Difusão do Projeto

Para a difusão deste projeto, apresentaremos de seguida algumas ideias em mente para o futuro do mesmo, que visam ampliar a sua relevância cultural, social e económica. Estas ideias focam-se na sustentabilidade, na expansão comunitária, na educação e na projeção do projeto a nível regional, nacional e internacional, contribuindo desse modo, para a preservação do crochê como arte e como ferramenta de transformação social.

3.14.1 O Reaproveitamento de lãs das tosquias para a produção de fios e novelos

Uma das visões para o futuro do projeto, é criar parcerias com produtores locais que fazem tosquias de animais, de modo a reaproveitar as lãs resultantes desse processo, que muitas vezes é descartada. Esta iniciativa não só promove a sustentabilidade ambiental, como também fortalece a economia circular, ao transformar um subproduto frequentemente descartado num recurso valioso para o artesanato.

Ao reaproveitar as lãs das tosquias, seria possível criar uma linha própria de fios e novelos produzidos em Medelim, adicionando valor ao trabalho das artesãs e reforçando

a ligação entre o projeto e os recursos naturais da região. Este processo poderia envolver etapas como a recolha da lã, a sua limpeza, cardação e fiação, eventualmente com o apoio de parceiros especializados ou através da formação de novos técnicos na comunidade. A ideia de introduzir esta prática é de tornar o projeto mais sustentável, destacando-o como uma iniciativa alinhada com tendências globais de produção ecológica e valorização de materiais naturais e o uso consciente dos recursos disponíveis (ODS 12).

3.14.2 A Criação de uma rede de crochê nas aldeias do Concelho

Expandir o projeto para outras aldeias, é uma das nossas estratégias futuras por forma a multiplicar o impacto social e cultural desta iniciativa. São várias as pessoas de aldeias vizinhas que também praticam a arte do crochê, e criar uma rede interligada seria uma forma de promover a partilha de conhecimentos, fortalecer as comunidades e preservar esta tradição numa escala mais ampla.

A implementação desta ideia poderia começar por identificar as aldeias onde já existem pessoas interessadas ou grupos informais que já praticam crochê. Neste caso, por passar bastante tempo na aldeia vizinha de Medelim, Penha Garcia, sei que muitas são as pessoas que fazem crochê, o que seria já um ponto de partida para começar com esta rede e expandir para outras de uma maneira orgânica. Em cada aldeia, seriam formadas turmas locais, lideradas por artesãs experientes que já fazem parte do projeto em Medelim, garantindo a continuidade do modelo e a transmissão das técnicas e metodologias.

Essa rede de crochê permitiria ainda organizar eventos conjuntos, como feiras, exposições e encontros regionais, onde os produtos das diferentes aldeias seriam apresentados sob a marca comunitária do “Agulhas Unidas”, no qual, esta colaboração reforçaria os laços entre as comunidades e aumentaria a visibilidade do projeto a nível regional. Além disso, a expansão para outras aldeias aumentaria a capacidade de produção, possibilitando alcançar novos mercados e aumentar a sustentabilidade financeira da iniciativa.

3.14.3 Um Programa para o ensino de crochê nas escolas do Concelho

Uma outra visão de futuro para este projeto, é a criação de um programa educativo que leve o crochê às escolas do Concelho de Idanha-a-Nova, de maneira a transmitir a tradição às gerações mais jovens, ao mesmo tempo que promove competências criativas, motoras e culturais entre os alunos.

O programa poderia ser estruturado como uma atividade extracurricular ou integrada em disciplinas como artes plásticas. Tanto eu como as artesãs do projeto, poderíamos assumir o papel de formadoras, visitando as escolas em sessões regulares para ensinar as técnicas básicas de crochê e partilhar histórias sobre a importância desta prática na cultura local. Este programa também seria uma forma de reforçar a ligação entre os mais jovens e as aldeias vizinhas, ao mesmo tempo que desenvolve competências manuais e criativas e promove o relaxamento, a paciência, a concentração e a coordenação, bem como, valores como a preservação cultural, a sustentabilidade e o respeito pelas tradições.

Ao longo do tempo, o programa poderia ser expandido, criando concursos interescolares ou exposições onde os trabalhos dos alunos pudessem ser apresentados á comunidade.

3.14.4 A Parceria com o “Boom Festival” para a exposição de arte em crochê

Por último, pretendemos no futuro conseguir estabelecer uma parceria com a organização do “Boom festival”, um dos maiores eventos artísticos e culturais de Portugal, com a qual acredito que possa elevar o projeto a um novo patamar de reconhecimento e inovação. Este festival, que celebra a criatividade, a sustentabilidade e a arte, oferece uma plataforma única para apresentar o trabalho destas artesãs a um público mais diversificado e mais internacional.

A colaboração poderia envolver a criação de uma instalação artística em crochê, concebida especificamente para o festival e inspirada em temas ligados à natureza, espiritualidade e conexão humana, alinhando-se com os valores desse festival. Como exemplo, poderia ser feito um grande mural, um pavilhão decorativo ou até mesmo esculturas interativas em crochê, que não só expõem o talento das artesãs, como também, refletem a identidade cultural e artesanal da região. Por esse festival já incluir uma vasta gama de workshops ao longo da semana de festival, além da exposição, o projeto poderia organizar workshops durante o mesmo, permitindo que os participantes aprendam técnicas básicas de crochê.

Acredito que esta parceria seria uma boa oportunidade para demonstrar a riqueza do artesanato local num contexto global, ampliando a visibilidade do projeto e criando novas possibilidades de comercialização dos produtos. Para além disso, ao associar o projeto a um evento reconhecido pela sua sustentabilidade e inovação, o “Aglhas Unidas” reforçaria o seu compromisso com práticas responsáveis e impactantes, onde essa colaboração poderá vir a destacar o crochê como uma expressão artística contemporânea, enquanto valoriza o papel dessas artesãs.

3.15 Os Pontos Fortes e Fracos do Projeto

Como qualquer iniciativa de impacto social, o projeto “Agulhas Unidas” apresenta pontos fortes que favorecem o seu sucesso, mas também desafios que devem ser considerados para garantir a sua sustentabilidade e o seu crescimento.

Os Pontos Fortes

1. Grupo já existente e motivado	O projeto parte de um grupo de 13 mulheres que já praticam crochê, garantindo envolvimento e continuidade desde o início.
2. Valorização das tradições locais	Promove a preservação do património cultural de Medelim e do Concelho de Idanha-a-Nova, dando nova vida a técnicas artesanais tradicionais.
3. Impacto social e económico direto	Cria oportunidades de rendimento para as artesãs, contribuindo para a economia local.
4. Sustentabilidade e reaproveitamento de recursos	A possibilidade de utilizar lã das tosquiãs e apostar em materiais ecológicos visa fortalecer a vertente sustentável do projeto.
5. Potencial de crescimento	A criação de uma rede de crochê entre aldeias, a introdução de workshops nas escolas e a parceria em eventos como o Boom Festival são oportunidades para expandir o impacto e a visibilidade do projeto.
6. Apoio institucional	A Junta de Freguesia de Medelim é a entidade promotora, o que facilita o acesso a apoios financeiros e logísticos, bem como parcerias com entidades públicas e privadas.
7. Potencial de comercialização	A venda de produtos online e em feiras regionais permite alcançar mercados

	mais amplos e diversificar as fontes de receita.
8. Possibilidade de parcerias estratégicas	Colaborações com entidades culturais, empresas locais e associações podem fortalecer o projeto e garantir recursos adicionais.

Tabela 19: Os Pontos Fortes do Projeto.

Os Pontos Fracos / Desafios

1. Sustentabilidade financeira a longo prazo	O projeto depende inicialmente de apoios institucionais e de captação de financiamento. A criação de uma estrutura de receitas estáveis (vendas, workshops) será essencial para garantir a continuidade.
2. Necessidade de formação complementar	As artesãs precisam de formação adicional para profissionalizar a produção e melhorar a comercialização dos produtos.
3. Dificuldade de escoamento dos produtos	O mercado para produtos artesanais pode ser limitado, e a venda online exige um trabalho contínuo de promoção e logística
4. Resistência à mudança e adesão de novas pessoas	Apesar do interesse inicial, pode haver resistência à introdução de novas práticas ou à expansão do projeto para outras aldeias
5. Tempo necessário para gerar impacto significativo	Os resultados sociais e económicos não são imediatos. A construção de uma marca forte irá levar tempo
6. Logística e distribuição	A produção e venda de peças e a gestão de vendas exigem organização, o que pode ser um desafio, especialmente para um grupo sem experiência em comércio
7. Dependência de voluntariado e parcerias	O envolvimento de formadores e parceiros pode não ser garantido a longo prazo, sendo essencial existir um planeamento contínuo para manter as colaborações ativas

Tabela 20: Os Pontos Fracos e os Desafios do Projeto.

Conclusões

A presente investigação permitiu compreender a relevância e a aplicabilidade dos conceitos de empreendedorismo social, inovação social e *empowerment* comunitário no contexto de territórios rurais com fortes fragilidades socioeconómicas, como é o caso do concelho de Idanha-a-Nova e, em particular, da freguesia de Medelim. A análise realizada demonstrou que o empreendedorismo social pode constituir-se como uma via estratégica para responder a problemas estruturais, como o despovoamento, o envelhecimento demográfico e a escassez de oportunidades económicas, ao mesmo tempo que promove formas inovadoras de dinamização comunitária e de geração de valor social.

O projeto “Agulhas Unidas” emerge neste quadro como um exemplo de inovação social, ao propor uma intervenção enraizada na cultura local e assente em práticas artesanais ancestrais, como o crochê. Mais do que uma simples atividade criativa, esta prática assume-se como catalisadora de desenvolvimento social e comunitário, por reunir diferentes gerações, estimular a aprendizagem mútua, fortalecer laços sociais e fomentar o empoderamento das mulheres enquanto agentes de mudança. Assim, a proposta dialoga diretamente com a teoria do *empowerment* comunitário, ao favorecer a autonomia, a participação ativa e a valorização das capacidades existentes na comunidade.

Do ponto de vista do desenvolvimento, o projeto articula-se com os princípios do desenvolvimento sustentável, ao integrar dimensões económicas, sociais, culturais e ambientais, promovendo a utilização de materiais naturais e a preservação do património cultural imaterial. O sentido de comunidade, aqui fortalecido pela prática coletiva e partilhada do crochê, revela-se um fator essencial para a coesão social, reforçando o capital social ao unir membros da comunidade em torno de objetivos comuns. A integração da perspetiva ecológica, inspirada nos níveis do modelo ecológico, permite reconhecer que a intervenção do projeto não se restringe ao nível individual, mas atua em múltiplas dimensões interdependentes: o indivíduo, a família, a comunidade local e, por extensão, o ecossistema mais alargado da inovação social em Portugal. Este enquadramento evidencia como soluções aparentemente simples podem, na realidade, ter impacto sistémico, ao contribuírem para políticas de desenvolvimento local, estratégias de revitalização territorial e práticas sustentáveis de inclusão social.

Em síntese, a reflexão teórica e o projeto “Agulhas Unidas” demonstram que a inovação social, quando ancorada em processos de *empowerment* comunitário e em valores de desenvolvimento sustentável, pode ser um caminho sólido para enfrentar os desafios contemporâneos dos territórios rurais. A proposta apresentada, ainda em fase

conceptual, revela-se como um contributo para o fortalecimento do ecossistema de inovação social português, ao mesmo tempo que se afirma como uma resposta prática, criativa e culturalmente enraizada para os problemas diagnosticados em Idanha-a-Nova. De acordo com o Diagnóstico Social de Idanha-a-Nova“ para o futuro, é essencial que as políticas públicas e as iniciativas locais sejam direcionadas para a retenção e atração de população jovem e para o fortalecimento da economia local, com foco na inovação, sustentabilidade e valorização dos recursos endógenos”, ao passo que, a implementação deste projeto vai ao encontro com o desejado para o concelho.

Referências Bibliográficas

- Ana, (2022), *El pabellón tejido de croché más grande del mundo está em México y es Hermoso*. *OkChicas*, ed. online, em <https://www.okchicas.com/entretenimiento/arte/pabellon-tejido-grande-mundo-esta-mexico/>
- Ander – Egg, E. (2000). *Metodología y práctica del desarrollo de la comunidade*. Buenos Aires: Lumen
- Barki, E., Gama Torres, H. e Augusto de Barros, O. (2023). “*Teoria da mudança: O que é e para que serve?*”. Consultado em 11 de março de 2025, ed. online em: <https://www.researchgate.net/publication/369997976>
- Bezerra, P.A., Nunes, J.W. e Moura, L.B. (2021). “Envelhecimento e isolamento social: uma revisão integrativa”. *Acta Paul Enferm.*, 34
- Brandão, D., Cruz, C. e Arida, A, L. (2014). “*Métricas em negócios de impacto social: Fundamentos*”.
- Boschee, Jerr e McClurg, Jim. (2003). Toward a better understanding of social entrepreneurship: Some important distinctions
- Braun, Sonia (2013). *Intervenção urbana com fios: o tricô e o crochê na arte contemporânea numa perspectiva educativa*. Porto Alegre, Brasil, Instituto de Artes, licenciatura em Artes Visuais.
- Burns, P, e Van Der Meer, R. (2021). Happy hookers: Findings from an international study exploring the effects of crochet on wellbeing. *Perspectives in Public Health*, 141 (3), pp. 135-142.
- Cajaiba-Santana, G. (2014). Social innovation: Moving the fiel forward. *Technological Forecasting and Social Change*, 82 pp.42-51
- Clonlara School. Acedido em 26 de novembro de 2024, ed. online em: <https://clonlara.org/pt/>
- Comissão Europeia (2013). *Guide To Social Inovation*

Comissão Europeia (2021). Long-term vision for the EU`s rural areas – Rural Action Plan. Disponível em: https://rural-vision.europa.eu/action-plan_en

Dees, J.G. (2001). The meaning of social entrepreneurship. Kauffman Center for Entrepreneurial Leadership.

Domanski, D e Kaletka, C. (2017). Exploring the Research Landscape of Social Innovation. Dortmund University

Fundação Calouste Gulbenkian. (2022). Agenda para o Impacto 2030: uma estratégia nacional para o investimento e inovação social. Disponível em: https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2022/10/API30-Digital_vf_V21.11.2022_opt.pdf

Govil, P. M., Chanana, B., & Mundkur, S. (2024). “The evolution of crochet: Tools, techniques, and artistic trends. *High Technology Letters*, Vol. 30 (11).

Guerra, I. C. (2000). Fundamentos e processos de uma sociologia de ação: O planeamento em Ciências Sociais. *Principia*.

Idáñez, M., e Ander-Egg, E., (1995). Diagnóstico social: conceptos y metodologia. Buenos Aires, Lumen.

Incubadora SocialIN. Acedido em 26 de novembro de 2024, ed. online em: <https://www.socialin.amatolusitano-ad.pt/>

Israel, B, A., Checkoway, B., Schulz, A e Zimmerman. (1994). Health education and community empowerment: conceptualizing and measuring perceptions of individual, organizational,...*Health Education Quarterly*

Jason, L.A., Glantsman, O., O´Brien, J.F., e Ramian, K. N. (2019). Introduction to Community Psychology: Becoming an Agent of Change.

Jutting, M. (2020). “Exploring Mission-Oriented Innovation Ecosystems for Sustainability: Towards a Literature-Based Typology”. *Sustainability* 2020 (12):6677

Kloos, B., Hill, J., Thomas, E., Wandersman, A., Elias, M. J., e Dalton, J. H. (2012). Community psychology: Linking individuals and communities (3rd ed.). Wadsworth, Cengage Learning

Knit for Peace (n.d). “The health benefits of Knitting”.

Marks, R. (1997). “*History of crochet*”. CGOA, 1997

Monteiro, A, A. (2016). Empreendedorismo Social: Fundamentos e dilemas de um movimento recente. *In Sociedade em Debate*. Edições Húmus

Murray, R., Caulier-Grice, J., e Mulgan, G. (2010). *The open book of social innovation*. The young foundation & NESTA.

OCDE/European Union (2021). Building Local Ecosystems for Social Innovation. *A Methodological Framework*

OECD/European Union (2024), Measure, Manage and Maximise Your Impact: A Guide for the Social Economy, Local Economic and Employment (LEED), *OECD Publishing*, Paris

Pike, A., Rodríguez-Pose, A., e Tomaney, J. (2017). Local and regional development (2nd ed). Routledge

Pinto, J.M., e Vieira, M. (2016). O diagnóstico social como instrumento de planeamento territorial. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81

Portugal Inovação Social (2024). A primeira década. Acedido em https://www.animar-dl.pt/wp-content/uploads/2024/10/PIS_primeira-decada_16.12.2024_PROGRAMA.pdf

Prilleltensky, I. (2001). Value-based praxis in community psychology: Moving toward social justice and social action. *American Journal of Community Psychology*. Vol.29, N°5

Ramachandiran,C.R., Tan,J.H., Mahmud,M.M., kanaparan, G., Subramaniam,P., e Medi, I. (2024). “Crochet-Together: Cultivating positive emotional well-being with the touch of technology-enhanced learning”. *12th Internacional Conference on Information and Education Technology* (p. 024).

S. Brinda; Shilpa Sachdeva; Shankar Kumar Lal; Rajesh Kumar; Nisha Pal; Narender Chinthamu e Amurag Shrivastava. (2024). The impacto of Social Entrepreneurship on Economic Development in Rural Areas, *44(3)*, 52-62

Santos, Thiago de Sousa; Nascimento, J; Borges, G; Moraes, A e Teixeira, E. (2010). Artesanato como elemento impulsionador no Desenvolvimento Local. *VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*

Santos, E., Braga, V., Santos, R & Braga, A. (2012). Desenvolvimento regional em debate. Ano2, n.1

Schirmer, H., e Cameron F. (2012). Partnership Steering Wheels: How the formation process of a cross-sector partnership can influence its governance mechanisms. *The Journal of Corporate Citizenship*. Vol. 50

Silva, P., e Ferreira, M. (2019). Diagnóstico social: contributos metodológicos para a intervenção comunitária. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da universidade do Porto*, 37

Site Oficial Município Idanha-a-Nova. Acedido a 20 de novembro de 2024, ed. online em: <https://www.idanha.pt/idanhapt/o-que-fazer/medelim/>

Teoria da Mudança (2023) Wolyniec, Megan (2020). “Knot without you: Crafting in social groups and subsequent mental health benefits”. *Journal of Vincentian Social Action*: Vol 5: Iss.1, artigo 10

Testi, E., Biggeri, M., During, R e Persson, R, T. (2018). Social Entrepreneurship and Social Innovation

UM – United Nations (2015). Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development

WCED – World Commission on Environment and Development (1987). Our common Future (Relatório Brundtland). Oxford: Oxford University Press

Westley, F., e Antadze, N. (2010). Making a difference: Strategies for scaling social innovation for greater impact. *The innovation Journal: The Public Sector Innovation Journal*, Vol. 15(2)

Anexos



Anexo 1: Exposição de peças de crochet, alusivas ao Natal em Medelim, concelho de Idanha-a-Nova.



Anexo 2: Presépio de peças de crochet.



Anexo 3: Figura alusiva ao Natal – Rei Mago.



Anexo 4: Artesãs em produção de peças de crochet.



Anexo 5: Figura alusiva à produção agrícola.



Anexo 6: Figura alusiva à produção animal.



Anexo 7: Figura alusiva à criação de galinhas.